



Demonstrações Financeiras **Consolidadas**

30 de setembro de 2019

REN – Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A.

ÍNDICE

1. DESEMPENHO FINANCEIRO	2
1 RESULTADOS DO 3º TRIMESTRE DE 2019	2
2 RAB MÉDIO E INVESTIMENTO	5
3 DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS E DO RENDIMENTO INTEGRAL PARA O PERÍODO INTERCALAR ENTRE 1 DE JULHO E 30 DE SETEMBRO DE 2019 E 2018	7
2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	9
3. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PARA O PERÍODO FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2019	14
1 INFORMAÇÃO GERAL	14
2 BASES DE APRESENTAÇÃO	17
3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS	17
4 INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS	20
5 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS E ATIVOS INTANGÍVEIS	23
6 GOODWILL	27
7 PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS EM ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS	27
8 IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO	29
9 CLASSIFICAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS	33
10 INVESTIMENTOS EM INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO A JUSTO VALOR POR OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL	35
11 CLIENTES E OUTRAS CONTAS A RECEBER	36
12 INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS	37
13 CAIXA E SEUS EQUIVALENTES	40
14 CAPITAL SOCIAL, AÇÕES PRÓPRIAS E PRÉMIO DE EMISSÕES DE AÇÕES	41
15 RESERVAS E RESULTADOS ACUMULADOS	41
16 EMPRÉSTIMOS OBTIDOS	42
17 OBRIGAÇÕES DE BENEFÍCIOS DE REFORMA E OUTROS	44
18 PROVISÕES PARA OUTROS RISCOS E ENCARGOS	45
19 FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR	45
20 VENDAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	46
21 RENDIMENTOS E GASTOS DE CONSTRUÇÃO	46
22 OUTROS RENDIMENTOS OPERACIONAIS	47
23 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	47
24 GASTOS COM PESSOAL	48
25 OUTROS GASTOS OPERACIONAIS	48
26 GASTOS DE FINANCIAMENTO E RENDIMENTOS FINANCEIROS	49
27 CONTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA SOBRE O SETOR ENERGÉTICO	49
28 RESULTADO POR AÇÃO	50
29 DIVIDENDOS POR AÇÃO	50
30 ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES	50
31 PARTES RELACIONADAS	51
32 EVENTOS SUBSEQUENTES	54

1. DESEMPENHO FINANCEIRO

1 RESULTADOS DO 3º TRIMESTRE DE 2019

Nos primeiros 9 meses de 2019, o resultado líquido do Grupo REN ascendeu a 86,3 milhões de Euros, um decréscimo de 4,5 milhões de Euros (-5,0%) face ao período homólogo do ano anterior. Esta evolução é maioritariamente explicada pela redução de 8,7 milhões de Euros no EBITDA do negócio de Transporte de Eletricidade e Gás Natural (-7,7 milhões de Euros em EBIT) devido essencialmente à redução dos juros da dívida portuguesa e consequente redução da taxa de remuneração dos ativos regulados, e pela redução do EBITDA do negócio de Distribuição de Gás Natural, que registou um decréscimo de 1,7 milhões de Euros (-2,2 milhões de Euros no EBIT) refletindo a mais-valia obtida com a venda do negócio de GPL em 2018 (4,0 milhões de Euros). Por outro lado, destaca-se o bom desempenho do resultado financeiro que aumentou 4,0 milhões de Euros, e a redução de 1,0 milhões de Euros na Contribuição Extraordinária sobre o Setor Energético (refletindo a redução da base de ativos sobre a qual a contribuição incide).

Importa referir ainda que, a Contribuição Extraordinária sobre o Setor Energético continua a refletir-se nos resultados de 2019, à semelhança dos anos anteriores (24,4 milhões de Euros em 2019 e 25,4 milhões de Euros em 2018¹).

O investimento do Grupo cresceu 64,1% (+43,1 milhões de Euros) situando-se nos 110,3 milhões de Euros, e as transferências para RAB aumentaram 27,6 milhões de Euros face aos primeiros 9 meses de 2018 para os 60,1 milhões de Euros. O RAB médio apresentou um decréscimo de 117,3 milhões de Euros (-3,1%), situando-se nos 3.717,8 milhões de Euros.

O custo médio de financiamento ascendeu a 2,2%, uma redução de 0,1p.p. quando comparado com o período homólogo do ano anterior, e a dívida líquida situou-se nos 2.586,5 milhões de Euros, uma redução de 2,2% (-57,4 milhões de Euros) face ao mesmo período do ano anterior.

Principais Indicadores (milhões de Euros)	Setembro 2019	Setembro 2018	Var.%
EBITDA	368,0	378,4	-2,7%
Resultado financeiro ²	-39,4	-43,5	9,3%
Resultado líquido ¹	86,3	90,9	-5,0%
Resultado líquido recorrente	110,7	112,5	-1,6%
Capex total	110,3	67,2	64,1%
Transferências para RAB ³ (a custos históricos)	60,1	32,5	84,8%
RAB médio (a custos de referência)	3 717,8	3 835,2	-3,1%
Dívida líquida	2 586,5	2 643,8	-2,2%
Custo médio da dívida	2,2%	2,3%	-0,1p.p.

¹ A Contribuição Extraordinária sobre o Setor Energético foi reconhecida integralmente no primeiro trimestre de 2019 e 2018, de acordo com as recomendações da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários.

² O proveito líquido de 0,1 milhões de Euros a setembro de 2019 e custo de 0,3 milhões de euros a setembro de 2018 decorrente dos Leilões de capacidade na interligação elétrica entre Espanha e Portugal – denominado FTR (*Financial Transaction Rights*), foram reclassificados de resultados financeiros para Proveitos.

³ Inclui aquisições diretas (RAB *related*).

Resultado operacional – EBITDA

Negócio de Transporte de Eletricidade e Gás Natural

O EBITDA dos primeiros 9 meses de 2019, situou-se nos 333,9 milhões de Euros, um decréscimo de 2,5% (8,7 milhões de Euros) face ao período homólogo do ano anterior.

EBITDA - TRANSPORTE (MILHÕES DE EUROS)	Setembro 2019	Setembro 2018	VAR.%
1) Proveitos de Ativos	301,8	310,3	-2,7%
Remuneração do RAB	120,4	130,4	-7,6%
Remuneração de terrenos	0,0	0,2	-100,0%
Renda dos terrenos da zona de proteção	0,5	0,5	-1,2%
Incentivo à racionalidade económica dos investimentos	18,8	16,2	15,8%
Recuperação de amortizações (líquidas de subsídios ao investimento)	148,7	149,5	-0,5%
Amortização dos subsídios ao Investimento	13,4	13,5	-0,7%
2) Proveitos de Opex	84,4	80,1	5,3%
3) Outros proveitos	17,3	17,3	0,0%
4) TPE's (capitalizados no Investimento)	12,2	11,8	2,7%
5) Rendimentos de construção (excl. TPE's capitalizados no investimento) - Ativos Concessionados	82,3	40,9	101,4%
6) OPEX	81,4	76,5	6,4%
Custos com Pessoal ⁴	38,4	37,2	3,2%
Custos Externos	43,0	39,3	9,4%
7) Gastos de Construção - Ativos Concessionados	82,3	40,9	101,4%
8) Provisões	0,0	0,1	n.m.
9) Imparidades	0,3	0,3	0,0%
10) EBITDA (1+2+3+4+5-6-7-8-9)	333,9	342,6	-2,5%

A contribuir para a evolução desfavorável do EBITDA esteve:

- A redução de 9,9 milhões de Euros (-7,6%) na remuneração da base de ativos regulada, explicada por:
 - Redução de 7,2 milhões de Euros na remuneração dos ativos regulados do setor de transporte de eletricidade, refletindo (i) a redução na taxa de remuneração (RoR) base de 5,2% em 2018 para 4,9% em 2019, em virtude da redução verificada nas taxas de juro das Obrigações do Tesouro da República Portuguesa a 10 anos e (ii) da redução de 68,6 milhões de Euros (-3,3%) no RAB médio;
 - Redução de 2,8 milhões de Euros na remuneração dos ativos regulados do setor de transporte de Gás Natural, como resultado (i) da redução na taxa de remuneração (RoR) base de 5,5% em setembro de 2018 para 5,4% em setembro de 2019, refletindo a redução verificada nas taxas de juro das Obrigações do Tesouro da República Portuguesa a 10 anos e (ii) da redução de 45,2 milhões de Euros (-4,4%) no RAB médio.

⁴ Inclui custos com formação e seminários

- O aumento do Opex em 4,9 milhões de euros (+6,4%), dos quais +2,4 milhões de euros em custos *pass-through* (custos não core), +1,2 milhões de euros em custos com pessoal e +1,3 milhões de euros em custos externos. O aumento em custos externos core reflete essencialmente o acréscimo de custos com limpeza das florestas resultantes de alterações na legislação relacionada com esta matéria, e o acréscimo de custos com eletricidade do Terminal de GNL refletindo o aumento de atividade.

Por outro lado, destacam-se os seguintes efeitos positivos:

- O aumento de 4,3 milhões de Euros (+5,3%) nos Proveitos de Opex, refletindo em parte o aumento dos custos *pass-through*;
- O aumento de 2,6 milhões de Euros (+15,8%) no Incentivo à Racionalização Económica dos Investimentos;

Negócio de Distribuição de Gás Natural

O EBITDA dos primeiros 9 meses de 2019, situou-se nos 34,0 milhões de Euros, uma redução de 4,8% (-1,7 milhões de Euros) face ao período homólogo do ano anterior.

A contribuir desfavoravelmente para a evolução do EBITDA esteve:

- A redução de 6,0 milhões de Euros em outros proveitos, como resultado da venda do negócio de GPL em julho de 2018.

Por outro lado, a compensar estes efeitos esteve:

- A redução de 3,5 milhões de Euros no opex (-23,4%), refletindo a redução de 0,6 milhões de Euros em custos com pessoal e -3,0 milhões de Euros em custos externos. A redução registada nos custos externos resulta parcialmente da ausência de custos com o negócio de GPL em 2019 resultante da venda deste negócio em julho de 2018.

EBITDA - DISTRIBUIÇÃO (MILHÕES DE EUROS)	Setembro	Setembro	VAR.%
	2019	2018	
1) Proveitos de Ativos	30,3	29,7	2,2%
Remuneração do RAB	20,1	20,1	-0,1%
Recuperação de amortizações (líquidas de subsídios ao investimento)	10,3	9,6	7,3%
2) Proveitos de Opex	13,3	13,1	1,6%
3) Outros proveitos	0,1	6,1	-98,3%
4) TPE's (capitalizados no Investimento)	1,7	1,7	0,0%
5) Rendimentos de construção (excl. TPE's capitalizados no investimento) - Ativos Concessionados	14,1	12,0	17,0%
6) OPEX	11,5	15,0	-23,4%
Custos com Pessoal ⁵	3,3	3,9	-14,4%
Custos Externos	8,1	11,1	-26,6%
7) Gastos de Construção - Ativos Concessionados	14,1	12,0	17,0%
8) Provisões	0,0	0,0	n.m.
9) Imparidades	0,0	-0,1	-100,0%
10) EBITDA (1+2+3+4+5-6-7-8-9)	34,0	35,7	-4,8%

⁵ Inclui custos com formação e seminários

Resultado líquido

Nos primeiros 9 meses de 2019, o resultado líquido situou-se nos 86,3 milhões de Euros, um decréscimo de 4,5 milhões de Euros (-5,0%) face ao mesmo período do ano anterior. Esta evolução refletiu a redução de 10,4 milhões de Euros no EBITDA do Grupo (-2,7%), impactado pelas reduções no negócio de Transporte de Eletricidade e Gás Natural (-8,7 milhões de Euros) e no negócio de Distribuição de Gás Natural (-1,7 milhões de Euros), este último refletindo a mais-valia obtida com a venda do negócio de GPL em 2018 (4,0 milhões de Euros). Este efeito foi parcialmente compensado pelo aumento de 4,0 milhões de Euros do resultado financeiro (+9,3%), para o qual contribuiu a redução da dívida líquida para 2.586,5 milhões de Euros (-57,4 milhões de Euros; -2,2%) e do custo médio da dívida para 2,2% (-0,1p.p), e pela redução de 1,0 milhões de Euros na Contribuição Extraordinária sobre o Setor Energético, refletindo a redução da base de ativos sobre a qual incide o imposto.

Quando expurgado de efeitos não recorrentes, o Resultado Líquido Recorrente dos primeiros 9 meses de 2019 apresentou um decréscimo de 1,8 milhões de Euros (-1,6%). Os itens não recorrentes considerados nos primeiros 9 meses de 2019 e 2018 são os seguintes:

- i) Em 2019: i) Contribuição Extraordinária sobre o Setor Energético definida no Orçamento de Estado para 2019 (24,4 milhões de Euros);
- ii) Em 2018: i) Contribuição Extraordinária sobre o Setor Energético definida no Orçamento de Estado para 2018 (25,4 milhões de Euros) e ii) mais-valia obtida com a alienação da empresa REN Portgás GPL, líquida de custos relacionados com o processo de alienação (3,7 milhões de euros, 3,8 milhões de euros após efeito fiscal).

RESULTADO LÍQUIDO (MILHÕES DE EUROS)	Setembro 2019	Setembro 2018	VAR. %
EBITDA	368,0	378,4	-2,7%
Depreciações e amortizações	175,8	176,2	-0,2%
Resultado financeiro	-39,4	-43,5	9,3%
Imposto do Exercício	42,0	42,4	-0,9%
Contribuição Extraordinária s/ Setor Energético ⁶	24,4	25,4	-4,0%
Resultado Líquido	86,3	90,9	-5,0%
Itens não recorrentes	24,4	21,6	12,8%
Resultado Líquido Recorrente	110,7	112,5	-1,6%

2 RAB MÉDIO E INVESTIMENTO

Nos primeiros 9 meses de 2019, o investimento ascendeu a 110,3 milhões de Euros, um crescimento de 64,1% (+43,1 milhões de Euros) face ao mesmo período do ano anterior, e as transferências para RAB situaram-se nos 60,1 milhões de Euros, um aumento 27,6 milhões de Euros.

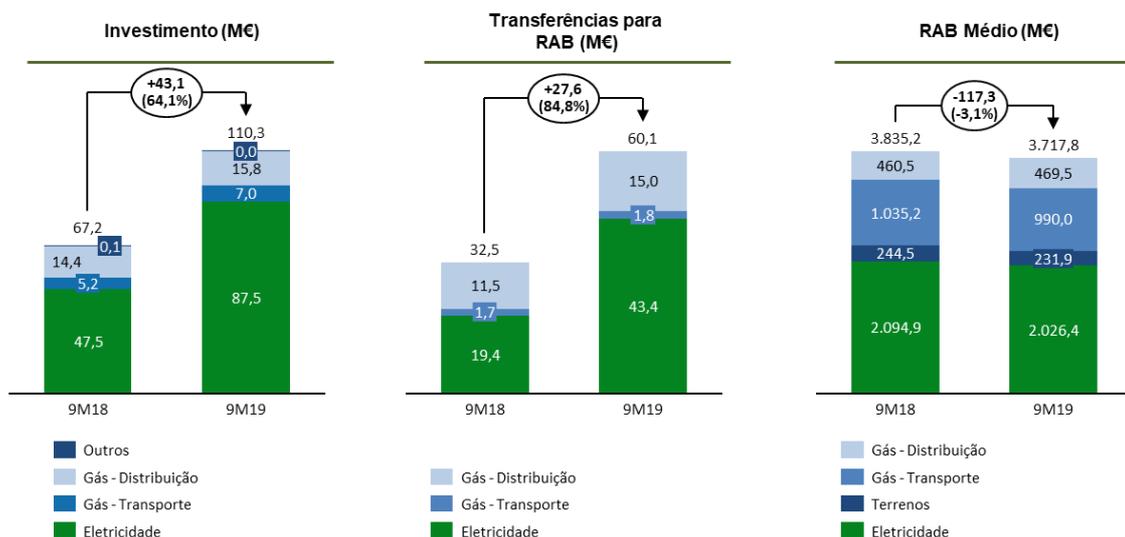
No setor da eletricidade, o investimento ascendeu a 87,5 milhões, um aumento de 84,3% (40,0 milhões de Euros) face ao mesmo período de 2018, destacando-se o investimento realizado no projeto de construção do cabo submarino para ligação à rede da central eólica offshore (Windfloat) na zona piloto de Viana do Castelo (34,7 milhões de Euros) e na remodelação/*uprating* de linhas (15,7 milhões de Euros). As transferências para RAB ascenderam a 43,4 milhões de Euros, um crescimento de 24,0 milhões de euros face ao mesmo período de 2018, destacando-se a conclusão de projetos de remodelação de linhas (26,9 milhões de Euros) e dos projetos de reforço de transformação em Lavos, Recarei e Sines (8,3 milhões de Euros).

⁶ A Contribuição Extraordinária sobre o Setor Energético foi reconhecida integralmente no primeiro trimestre de 2019 e 2018, de acordo com as recomendações da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários

No setor do Transporte de Gás Natural o investimento ascendeu a 7,0 milhões de Euros, um aumento de 33,4% face ao mesmo período do ano anterior, e as transferências para RAB aumentaram 6,0% situando-se nos 1,8 milhões de Euros.

No setor da Distribuição de Gás Natural, o investimento ascendeu a 15,8 milhões de Euros, com cerca de 34% aplicados na captação de novos pontos de abastecimento e cerca de 52% na expansão das redes de distribuição, e as transferências para RAB aumentaram 3,5 milhões de Euros (+30,0%) situando-se nos 15,0 milhões de Euros.

O RAB médio situou-se nos 3.717,8 milhões de Euros, uma redução de 117,3 milhões de Euros (-3,1%) face ao período homólogo do ano anterior. No setor da eletricidade, o RAB médio (excl. terrenos) ascendeu a 2.026,4 milhões de Euros (-68,6 milhões de Euros, -3,3%), dos quais 1.092,6 milhões de Euros em ativos com prémio, enquanto os terrenos situaram-se nos 231,9 milhões de Euros (-12,6 milhões de Euros, -5,1%). No setor do Transporte de Gás Natural, o RAB médio situou-se nos 990,0 milhões de Euros (-45,2 milhões de Euros, -4,4%), enquanto no setor de Distribuição de Gás Natural o RAB médio situou-se nos 469,5 milhões de Euros (+9,0 milhões de Euros, +2,0%).



3 DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS E DO RENDIMENTO INTEGRAL PARA O PERÍODO INTERCALAR ENTRE 1 DE JULHO E 30 DE SETEMBRO DE 2019 E 2018

Demonstração consolidada dos Resultados (informação não auditada)

(Montantes expressos em milhares de Euros –mEuros)

	01.07.2019 a 30.09.2019	01.07.2018 a 30.09.2018
Vendas	34	62
Prestações de serviços	138.943	140.501
Rendimentos de construção em ativos concessionados	60.381	27.202
Ganhos e perdas imputados de associadas e empreendimentos conjuntos	1.909	1.998
Outros rendimentos operacionais	6.801	9.176
Total dos rendimentos operacionais	208.069	178.939
Custo das vendas	(172)	(201)
Gastos de construção em ativos concessionados	(56.030)	(22.486)
Fornecimentos e serviços externos	(13.336)	(13.594)
Gastos com pessoal	(13.055)	(13.478)
Depreciações e amortizações do exercício	(58.570)	(58.535)
Reversões / (reforços) de provisões	-	-
Reversões / (reforços) de imparidades	(94)	(94)
Outros gastos operacionais	(4.983)	(3.211)
Total dos gastos operacionais	(146.241)	(111.598)
Resultado operacional	61.828	67.341
Gastos de financiamento	(15.843)	(15.584)
Rendimentos financeiros	2.005	(515)
Dividendos de empresas participadas	1.443	(21)
Resultado financeiro	(12.394)	(16.120)
Resultado consolidado antes de impostos e CESE	49.434	51.221
Imposto sobre o rendimento	(14.187)	(13.175)
Contribuição extraordinária sobre o setor energético (CESE)	-	-
Resultado líquido consolidado do período	35.246	38.045
Atribuível a:		
Acionistas do grupo REN	35.246	38.045
Interesses não controlados	-	-
Resultado líquido consolidado do período	35.246	38.045
Resultado por ação (Básico e Diluído) -Euros	0,05	0,06

Demonstração consolidada do Rendimento Integral (informação não auditada)

(Montantes expressos em milhares de Euros –mEuros)

	01.07.2019 a 30.09.2019	01.07.2018 a 30.09.2018
Resultado líquido consolidado do período	35.246	38.045
Itens que não serão reclassificados para resultados:		
Ganhos / (perdas) atuariais	(68)	154
Efeito fiscal dos ganhos / (perdas) atuariais	20	(46)
Outras variações de capital próprio	-	(123)
Itens que poderão ser reclassificados para resultados:		
Diferenças de conversão cambial (empresas associadas)	7.037	1.099
Reserva de cobertura (cobertura de fluxos de caixa)	(5.382)	2.386
Efeito fiscal da reserva de cobertura	1.211	(501)
Reserva de justo valor (ativos financeiros disponíveis para venda)	1.733	3.249
Efeito fiscal da reserva de justo valor	(390)	(682)
Outras variações de capital próprio	(2)	-
Total do rendimento consolidado integral do período	39.405	43.581
Atribuível a:		
Acionistas	39.405	43.581
Interesses não controlados	-	-
	39.405	43.581

2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DA POSIÇÃO FINANCEIRA EM 30 DE SETEMBRO DE 2019 E 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Montantes expressos em milhares de euros - mEuros)

	Notas	Set 2019	Dez 2018
Ativo			
Não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	445	561
Goodwill	6	3.594	3.877
Ativos intangíveis	5	4.127.262	4.192.619
Participações financeiras em associadas e empreendimentos conjuntos	7	178.083	167.841
Investimentos em instrumentos de capital próprio a justo valor por outro rendimento integral	9 e 10	159.455	162.552
Instrumentos financeiros derivados	9 e 12	39.717	21.010
Outros ativos financeiros	9	64	45
Clientes e outras contas a receber	9 e 11	188.586	50.246
Ativos por impostos diferidos	8	88.863	92.495
		4.786.069	4.691.247
Corrente			
Inventários		2.343	2.095
Clientes e outras contas a receber	9 e 11	302.305	427.126
Imposto sobre o rendimento a receber	8 e 9	15.496	35.371
Caixa e equivalentes de caixa	9 e 13	171.474	35.735
		491.619	500.327
Total do Ativo	4	5.277.688	5.191.574
Capital Próprio			
Capital e reservas atribuíveis aos detentores de capital			
Capital social	14	667.191	667.191
Ações próprias	14	(10.728)	(10.728)
Prémio de emissões de ações		116.809	116.809
Reservas	15	322.789	326.906
Resultados acumulados		251.388	253.505
Outras variações no capital próprio		(5.561)	(5.561)
Resultado líquido consolidado do período atribuível a detentores de capital		86.324	115.715
Total capital próprio		1.428.212	1.463.837
Passivo			
Não corrente			
Empréstimos obtidos	9 e 16	2.195.961	2.274.939
Obrigações de benefícios de reforma e outros	17	92.885	98.288
Instrumentos financeiros derivados	9 e 12	33.794	12.952
Provisões para outros riscos e encargos	18	8.796	8.852
Fornecedores e outras contas a pagar	19	361.837	367.743
Passivos por impostos diferidos	8	127.302	113.644
		2.820.575	2.876.418
Corrente			
Empréstimos obtidos	9 e 16	593.934	431.401
Fornecedores e outras contas a pagar	19	434.967	419.917
		1.028.900	851.319
Total Passivo	4	3.849.475	3.727.737
Total do capital próprio e passivo		5.277.688	5.191.574

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração consolidada da posição financeira em 30 de setembro de 2019.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS PARA OS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2019 E 2018

(Montantes expressos em milhares de euros - mEuros)

	Notas	Set 2019	Set 2018
Vendas	20	51	96
Prestações de serviços	20	419.378	427.477
Rendimentos de construção em ativos concessionados	21	110.270	66.479
Ganhos e perdas imputadas de associadas e empreendimentos conjuntos	7	7.499	4.540
Outros rendimentos operacionais	22	20.143	24.737
Total dos rendimentos operacionais		557.341	523.329
Custo das vendas		(539)	(1.022)
Gastos de construção em ativos concessionados	21	(96.362)	(52.896)
Fornecimentos e serviços externos	23	(36.406)	(35.770)
Gastos com pessoal	24	(41.412)	(40.731)
Depreciações e amortizações do exercício	5	(175.753)	(176.191)
Reversões / (reforços) de provisões	18	1	(57)
Reversões / (perdas) por imparidade		(283)	(199)
Outros gastos operacionais	25	(14.514)	(13.951)
Total dos gastos operacionais		(365.269)	(320.816)
Resultado operacional		192.072	202.513
Gastos de financiamento	26	(50.499)	(53.232)
Rendimentos financeiros	26	5.805	4.460
Dividendos de empresas participadas	10	5.377	4.947
Resultado financeiro		(39.317)	(43.825)
Resultado consolidado antes de impostos e CESE		152.755	158.688
Imposto sobre o rendimento	8	(42.042)	(42.421)
Contribuição extraordinária sobre o setor energético (CESE)	27	(24.390)	(25.398)
Resultado líquido consolidado do período		86.324	90.868
Atribuível a:			
Detentores de capital da empresa-mãe		86.324	90.868
Interesses que não controlam		-	-
Resultado líquido consolidado do período		86.324	90.868
Resultado por ação (Básico e Diluído) Euros	28	0,13	0,14

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração consolidada dos resultados para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RENDIMENTO INTEGRAL PARA OS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2019 E 2018

(Montantes expressos em milhares de euros - mEuros)

	Notas	Set 2019	Set 2018
Resultado líquido consolidado do período		86.324	90.868
Itens que não serão reclassificados para resultados:			
Ganhos /(perdas) atuariais		1.815	90
Efeito fiscal dos ganhos /(perdas) atuariais	8	(545)	(27)
Outras variações de capital próprio		-	(36)
Itens que poderão ser reclassificados para resultados:			
Diferenças de conversão cambial (empresas associadas)	7	7.998	5.217
Reserva de cobertura (cobertura de fluxos de caixa)	12	(19.819)	2.716
Efeito fiscal da reserva de cobertura	8 e 12	4.459	(570)
Reserva de justo valor (Investimentos em instrumentos de capital próprio a justo valor por outro rendimento integral)	10	(3.097)	(3.435)
Efeito fiscal da reserva de justo valor	8 e 10	697	721
Outras variações de capital próprio	7	(31)	-
Total do rendimento consolidado integral do período		77.801	95.545
Atribuível a:			
Detentores de capital da empresa-mãe		77.801	95.545
Interesses que não controlam		-	-
		77.801	95.545

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração consolidada do rendimento integral para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO PARA OS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2019 E 2018

(Montantes expressos em milhares de euros - mEuros)

Movimentos do exercício	Notas	Atribuível a detentores de capital da empresa-mãe										
		Capital social	Ações próprias	Prémio de emissão de ações	Reserva legal	Reserva justo valor (Nota 10)	Reserva cobertura (Nota 12)	Outras reservas (Nota 7)	Outras variações	Resultados acumulados	Resultado período	Total
A 31 de dezembro de 2017		667.191	(10.728)	116.809	106.800	53.778	(9.702)	159.315	(5.541)	225.342	125.925	1.429.189
Adoção da IFRS 9 - Instrumentos financeiros		-	-	-	-	-	-	-	-	9.223	-	9.223
A 1 de janeiro de 2018		667.191	(10.728)	116.809	106.800	53.778	(9.702)	159.315	(5.541)	234.565	125.925	1.438.412
Total do rendimento integral do período		-	-	-	-	(2.714)	2.146	5.217	(36)	63	90.868	95.545
Aplicação de resultados		-	-	-	-	-	-	-	-	125.925	(125.925)	-
Distribuição de dividendos	29	-	-	-	-	-	-	-	-	(113.426)	-	(113.426)
A 30 de setembro de 2018		667.191	(10.728)	116.809	106.800	51.064	(7.556)	164.532	(5.577)	247.126	90.868	1.420.530
A 1 de janeiro de 2019		667.191	(10.728)	116.809	113.152	57.711	(10.577)	166.620	(5.561)	253.505	115.715	1.463.837
Total do rendimento integral do período		-	-	-	-	(2.400)	(15.360)	7.967	-	1.270	86.324	77.801
Aplicação de resultados		-	-	-	5.676	-	-	-	-	110.039	(115.715)	-
Distribuição de dividendos	29	-	-	-	-	-	-	-	-	(113.426)	-	(113.426)
A 30 de setembro de 2019		667.191	(10.728)	116.809	118.828	55.311	(25.937)	174.587	(5.561)	251.388	86.324	1.428.212

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração consolidada das alterações no capital próprio para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2019 E 2018

(Montantes expressos em milhares de euros - mEuros)

	Notas	Set 2019	Set 2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais:			
Recebimentos de clientes		1.794.353 a)	1.799.528 a)
Pagamentos a fornecedores		(1.381.425) a)	(1.301.250) a)
Pagamentos ao pessoal		(54.634)	(52.832)
Recebimento / (pagamento) do imposto sobre o rendimento		(883)	(84.402)
Outros recebimentos / (pagamentos) relativos à atividade operacional		(36.493)	763
Fluxos de caixa líquidos das atividades operacionais (1)		320.917	361.807
Fluxos de caixa das atividades de investimento:			
Recebimentos provenientes de:			
Participações Financeiras	7	292	-
Ativos fixos tangíveis		-	7
Outros ativos financeiros		-	4.030
Subsídios ao investimento		6.283	5.572
Juros e rendimentos similares		24	85
Dividendos	7 e 10	8.070	8.393
Pagamentos respeitantes a:			
Participações financeiras		-	(12)
Ativos fixos tangíveis		(73)	(152)
Ativos fixos intangíveis		(105.393)	(111.558)
Fluxos de caixa líquidos das atividades de investimento (2)		(90.797)	(93.634)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento:			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos		3.938.550	1.849.999
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos		(3.882.722)	(1.993.601)
Juros e gastos similares		(41.129)	(45.434)
Dividendos	29	(113.426)	(113.426)
Fluxos de caixa líquidos das atividades de financiamento (3)		(98.726)	(302.462)
Aumento líquido / (diminuição) de caixa e seus equivalentes (1)+(2)+(3)		131.394	(34.289)
Efeito das taxas de câmbio		(28)	(90)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	13	34.096	60.448
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	13	165.463	26.070
Detalhe da caixa e equivalentes de caixa			
Caixa	13	26	25
Descobertos bancários	13	(6.011)	(1.546)
Depósitos bancários	13	171.448	27.591
		165.463	26.070

a) Estes montantes incluem os pagamentos e recebimentos relativos a atividades na qual a Empresa atua como agente e cujos rendimentos e gastos são compensados na demonstração consolidada dos resultados.

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração consolidada dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

3. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PARA O PERÍODO FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2019

1 INFORMAÇÃO GERAL

A REN – Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A. (referida neste documento como “REN”, “REN SGPS” ou “Empresa” e, conjuntamente com as suas subsidiárias, designada por “Grupo” ou “Grupo REN”), com sede na Avenida Estados Unidos da América, 55 - Lisboa, resultou da cisão do grupo EDP, de acordo com os Decretos-Lei n.º 7/91, de 8 de janeiro e n.º 131/94, de 19 de maio, aprovados em Assembleia Geral em 18 de agosto de 1994, com o objeto de assegurar a gestão global do Sistema Elétrico de Abastecimento Público (“SEP”).

Até 26 de setembro de 2006, o Grupo REN tinha a sua atividade centrada no negócio da eletricidade, através da REN – Rede Eléctrica Nacional, S.A.. Em 26 de setembro de 2006, decorrente da transação de “unbundling” do negócio do gás natural, o Grupo sofreu uma alteração significativa com a compra dos ativos e participações financeiras associados às atividades de transporte, armazenamento e regaseificação de gás natural, constituindo um novo negócio.

No início de 2007, a Empresa foi transformada na “holding” do Grupo e redenominada, após a transferência do negócio da eletricidade para uma nova empresa constituída em 26 de setembro de 2006, a REN – Serviços de Rede, S.A., que foi em simultâneo redenominada para REN – Rede Eléctrica Nacional, S.A..

O Grupo detém, presentemente, duas áreas de negócio principais, a Eletricidade e o Gás, e uma área de negócio secundária, na área de Telecomunicações.

O negócio da Eletricidade compreende as seguintes empresas:

a) REN – Rede Eléctrica Nacional, S.A., constituída em 26 de setembro de 2006, cujas atividades são desenvolvidas no âmbito de um contrato de concessão atribuído por um período de 50 anos, que se iniciou em 2007 e que estabelece a gestão global do SEP;

b) REN Trading, S.A., constituída em 13 de junho de 2007, cuja função principal é a gestão dos Contratos de Aquisição de Energia (“CAE”) da Turbogás e da Tejo Energia que não cessaram em 30 de junho de 2007, data da entrada em vigor dos novos Contratos para a Manutenção do Equilíbrio Contratual (“CMEC”). A atividade desta empresa compreende o comércio da eletricidade produzida e da capacidade de produção instalada junto dos distribuidores nacionais e internacionais;

c) Enondas, Energia das Ondas, S.A., constituída em 14 de outubro de 2010, cujo capital social é integralmente detido pela REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A., e tem como atividade a gestão da concessão para a exploração de uma zona-piloto destinada à produção de energia elétrica a partir das ondas do mar.

O negócio do Gás engloba as seguintes empresas:

a) REN Gás, S.A. (“REN Gás”), constituída em 29 de março de 2011, com o objeto social de assegurar a promoção, o desenvolvimento e a condução de projetos e empreendimentos no setor do gás natural, bem como proceder à definição da estratégia global e à coordenação das sociedades em que detenha participação;

b) REN Gasodutos, S.A., constituída, em 26 de setembro de 2006, cujo capital social foi realizado através da integração das infraestruturas de transporte de gás (rede, ligações e compressão);

c) REN Armazenagem, S.A., constituída em 26 de setembro de 2006, cujo capital social foi realizado pela integração dos ativos de armazenamento subterrâneo de gás;

d) REN Atlântico, Terminal de GNL, S.A., adquirida no âmbito da aquisição do negócio do gás, anteriormente designada por “SGNL – Sociedade Portuguesa de Gás Natural Liquefeito”. A atividade desta empresa consiste no fornecimento de serviços de receção, armazenamento e regaseificação de gás natural liquefeito através do terminal marítimo de GNL, sendo responsável pela construção, utilização e manutenção das infraestruturas necessárias;

e) REN Portgás Distribuição, S.A. (“REN Portgás”), adquirida no âmbito de expansão do negócio do gás no dia 4 de outubro de 2017. A atividade da empresa consiste na distribuição de gás natural em baixa e média pressão, bem como a produção e distribuição de outros gases combustíveis canalizados e, ainda, outras atividades relacionadas com o objeto principal, designadamente a produção e comercialização de equipamentos de queima.

As atividades das empresas indicadas nas alíneas b) a d) acima são desenvolvidas no âmbito de três contratos de concessão atribuídos em separado, por um período de 40 anos com início em 2006. Por sua vez, a empresa na alínea e) desenvolve a sua atividade por contrato de concessão atribuída por um período de 40 anos, com início no ano de 2008.

O negócio das telecomunicações é gerido pela RENTELECOM Comunicações, S.A., cuja atividade consiste no estabelecimento, gestão e utilização dos sistemas e infraestruturas de telecomunicações, fornecendo serviços de comunicação e tirando proveito da capacidade excedentária de fibras óticas e instalações pertencentes ao Grupo REN.

A REN SGPS detém a 100% a empresa REN Serviços, S.A., cujo objeto social é a prestação de serviços em matéria energética e de serviços genéricos de apoio ao desenvolvimento do negócio, de forma remunerada, quer em empresas que com ela se encontrem em relação de grupo, quer a quaisquer terceiros, bem como a gestão de participações sociais que a sociedade detenha em outras sociedades.

Em 10 de maio de 2013, foi constituída a REN Finance, B.V., empresa totalmente detida pela REN SGPS, com sede na Holanda, cujo objeto social é participar, financiar, colaborar e conduzir a gestão de empresas relacionadas.

Adicionalmente, em 24 de maio de 2013, em conjunto com a China Electric Power Research Institute, sociedade do Grupo State Grid, foi constituído o Centro de Investigação em Energia REN - STATE GRID, S.A. ("Centro de Investigação") em regime de *joint venture*, no qual o Grupo detém 1.500.000 ações representativas de 50% do respetivo capital.

O objeto social desta sociedade visa a implementação de um Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Portugal, dedicado à pesquisa, desenvolvimento, inovação e demonstração nas áreas de transporte de eletricidade e gestão de sistemas, a prestação de serviços de consultoria e serviços de educação e formação no âmbito destas atividades, bem como a realização de todas as atividades conexas e a prestação de serviços complementares, conexos ou acessórios ao seu objeto social.

Em 14 de dezembro de 2016, foi constituída a Aéreo Chile SPA, empresa totalmente detida pela REN Serviços, S.A., com sede em Santiago no Chile, cujo objeto social é a realização de investimentos em bens, ações, direitos de sociedades e associações.

Adicionalmente, em 21 de novembro de 2018, foi constituída a REN PRO, S.A., empresa totalmente detida pela REN, com sede em Lisboa, cujo objeto social é a prestação de serviços de apoio, nomeadamente administrativos, logísticos, de comunicação e suporte do desenvolvimento do negócio, bem como consultoria para os negócios, de forma remunerada, quer a empresas que com ela se encontrem em relação de grupo quer a quaisquer terceiros, e a consultoria em informática.

Em 17 de julho de 2019, foi constituída a Apolo Chile SPA, empresa totalmente detida pela REN Serviços, S.A., com sede em Santiago no Chile, cujo objeto social é a realização de investimentos em bens, ações, direitos de sociedades e associações de entidades ligadas, essencialmente, ao setor de transmissão elétrica.

Em 30 de setembro de 2019, as principais participações que a REN detém são:

- a) Uma participação de 42,5% do capital da empresa chilena Electrogas, S.A., que tem por objeto social a prestação de serviços de transporte de gás natural e outros combustíveis. Esta participação foi adquirida no dia 7 de fevereiro de 2017;
- b) Uma participação de 40% do capital da empresa OMIP - Operador do Mercado Ibérico (Portugal), SGPS, S.A. ("OMIP SGPS") que tem por objeto social a gestão de participações noutras sociedades, como forma indireta do exercício de atividades económicas;
- c) Uma participação de 10% no capital social do OMEL, Operador del Mercado Ibérico de Energia, S.A., polo espanhol do Operador Único;
- d) Uma participação de 1% na Red Eléctrica Corporación, S.A. ("REE"), entidade responsável pela gestão da rede elétrica em Espanha;
- e) Uma participação de 7,9% no capital social da Coreso, S.A. ("Coreso"), entidade que assiste os operadores das redes de transporte ("TSO") Europeus em atividades de coordenação e segurança para permitir o fornecimento de eletricidade em segurança na Europa;
- f) Participações no capital social das empresas: (i) Hidroeléctrica de Cahora Bassa, S.A. ("HCB"), participação de 7,5%; (ii) MIBGÁS, S.A., participação de 6,67%; e (iii) MIBGÁS Derivatives, S.A., participação de 9,7%.

1.1 Perímetro de consolidação

As empresas incluídas no perímetro consolidação, suas sedes sociais, proporção do capital e principais atividades em 30 de setembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 são as seguintes:

Designação / sede	Principal Atividade	Set 2019		Dez 2018	
		Percentagem de capital detido Grupo	Individual	Percentagem de capital detido Grupo	Individual
Empresa-mãe:					
REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A.	Sociedade gestora de participações sociais	-	-	-	-
Subsidiárias:					
Segmento da Eletricidade:					
REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A. Av. Estados Unidos da América, 55 - Lisboa	Operador da Rede Nacional de Transporte em muito alta tensão	100%	100%	100%	100%
REN Trading, S.A. Praça de Alvalade, nº7 - 12º Dto, Lisboa	Compra, venda, importação e exportação de eletricidade e de gás natural	100%	100%	100%	100%
Enondas-Energia das Ondas, S.A. Mata do Urso - Guarda Norte - Carriço - Pombal	Gestão da concessão para a exploração de uma zona-piloto destinada à produção de energia elétrica a partir das ondas do mar	100%	100%	100%	100%
Segmento de Telecomunicações:					
RENTELECOM - Comunicações S.A. Av. Estados Unidos da América, 55 - Lisboa	Operador da rede de telecomunicações	100%	100%	100%	100%
Outros segmentos:					
REN - Serviços, S.A. Av. Estados Unidos da América, 55 - Lisboa	Back-office e gestão de participações sociais	100%	100%	100%	100%
REN Finance, B.V. De Cuserstraat, 93, 1081 CN Amsterdam, The Netherlands	Participar, financiar, colaborar, conduzir a gestão de empresas relacionadas com o Grupo REN	100%	100%	100%	100%
REN PRO, S.A. Av. Estados Unidos da América, 55 - Lisboa	Comunicação e Sustentabilidade, Marketing, Gestão Comercial, Desenvolvimento de Negócios e Consultoria e Projetos de IT	100%	100%	100%	100%
Segmento do Gás Natural:					
REN Atlântico, Terminal de GNL, S.A. Terminal de GNL - Sines	Responsável pela regaseificação do GNL e pela manutenção e utilização do terminal de gás natural liquefeito	100%	100%	100%	100%
Detida pela REN Serviços, S.A.:					
REN Gás, S.A. Av. Estados Unidos da América, 55 - 12º - Lisboa	Gestão de projetos e empreendimentos no setor do gás natural	100%	-	100%	-
Aéreo Chile SPA Santiago do Chile	Responsável pela realização de investimentos em bens, ações, direitos de sociedades e associações	100%	-	100%	-
Apolo Chile SPA Santiago do Chile	Responsável pela realização de investimentos em bens, ações, direitos de sociedades e associações	100%	-	-	-
Detidas pela REN Gás, S.A.:					
REN - Armazenagem, S.A. Mata do Urso - Guarda Norte - Carriço - Pombal	Desenvolvimento, manutenção e utilização do armazenamento subterrâneo de gás natural	100%	-	100%	-
REN - Gasodutos, S.A. Estrada Nacional 116, km 32,25 - Vila de Rei - Bucelas	Operador RNTGN e gere o negócio do gás natural	100%	-	100%	-
REN Gás Distribuição SGPS, S.A. Av. Estados Unidos da América, 55 - Lisboa	Gestão de participações noutras sociedades como forma indirecta de exercício de actividades económicas	-	-	100%	-
REN Portgás Distribuição, S.A. Rua Linhas de Torres, 41 - Porto	Distribuição de gás natural	100%	-	100%	-

Alterações no perímetro de consolidação

- 2019

No dia 22 de janeiro de 2019, ocorreu uma fusão das entidades REN Gás, S.A. e REN Gás Distribuição SGPS, S.A., mediante a transferência global do património da REN Gás Distribuição SGPS, S.A. para a REN Gás, S.A.. Adicionalmente, em 17 de julho de 2019, foi constituída a Apolo Chile SPA, sediada no Chile, empresa totalmente detida pela REN Serviços, S.A..

- 2018

No dia 2 de julho de 2018, a REN procedeu à alienação do negócio de gás de petróleo liquefeito (GPL) à ENERGYCO II, S.A. e, adicionalmente, em 21 de novembro de 2018, foi constituída a REN PRO, S.A., empresa totalmente detida pela REN.

1.2 Aprovação das demonstrações financeiras consolidadas trimestrais

Estas demonstrações financeiras consolidadas intercalares foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de 15 de novembro de 2019. É da opinião do Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras consolidadas refletem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações, o rendimento integral consolidado, as alterações no seu capital próprio consolidado e os seus fluxos de caixa consolidados, em conformidade com as Normas de Relato Financeiro intercalar (IAS 34).

2 BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras consolidadas apresentadas para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019, foram preparadas em conformidade com a IAS 34 - Relato financeiro intercalar. As demonstrações financeiras apresentadas devem ser lidas conjuntamente com as demonstrações financeiras anuais emitidas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

O Conselho de Administração procedeu à avaliação da capacidade de o Grupo operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em particular, verifica-se que em 30 de setembro de 2019 que o passivo corrente no montante de 1.028.900 milhares de Euros é superior ao ativo corrente cujo montante total ascende a 491.619 milhares de Euros.

Contudo, para além dos resultados e fluxos de caixa consolidados projetados para o exercício de 2019, o Grupo dispõe com referência a 30 de setembro de 2019, de linhas de crédito, sob a forma de papel comercial, disponíveis para utilização no montante de 832.000 milhares de Euros, encontrando-se uma parte substancial com garantia de colocação (Nota 16).

Em resultado da avaliação efetuada, o Conselho de Administração concluiu que o Grupo dispõe de recursos adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

Estas demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas em milhares de Euros – mEuros, arredondadas ao milhar mais próximo.

3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas para efeitos de relato financeiro intercalar (IAS 34) no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação, mantidos de acordo com as normas contabilísticas em vigor em Portugal, ajustados no processo de consolidação de modo a que as demonstrações financeiras consolidadas estejam de acordo com as Normas de Relato Financeiro intercalar, tal como adotadas pela União Europeia, em vigor para exercícios económicos iniciados em 1 de janeiro de 2019.

Devem entender-se como fazendo parte das Normas de Relato Financeiro, quer as Normas Internacionais de Relato financeiro ("IFRS" – International Financial Reporting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), quer as Normas Internacionais de Contabilidade ("IAS"), emitidas pelo International Accounting Standards Committee ("IASC") e respetivas interpretações – IFRIC e SIC, emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee ("IFRIC") e Standard Interpretation Committee ("SIC"), respetivamente, que tenham sido adotadas na União Europeia. De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações será designado genericamente por IFRS.

As políticas contabilísticas adotadas nestas demonstrações financeiras consolidadas intercalares são consistentes, em todos os aspetos materialmente relevantes, com as políticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, conforme descrito no anexo às demonstrações financeiras consolidadas de 2018, excepto quanto à adoção de novas normas efetivas para períodos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2019. O Grupo não adotou antecipadamente nenhuma norma, interpretação ou alteração que não esteja ainda em vigor.

Adoção de normas e interpretações novas, emendadas ou revistas

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões foram aprovadas ("endorsed") pela União Europeia e são de aplicação obrigatória nos exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2019:

- **IFRS 16 – Locações**

Esta norma substitui a IAS 17 – "Locações" e as interpretações associadas, com impacto na contabilização efetuada pelos locatários, que são obrigados a reconhecer para os contratos de locação, um passivo de locação correspondente aos pagamentos futuros das rendas da locação e respetivamente um ativo relativo ao "direito de uso". A norma prevê duas isenções de reconhecimento para os locatários - contratos de locação em que os ativos tenham pouco valor e contratos de locação a curto prazo (isto é, contratos com uma duração de 12 meses ou inferior). De referir, que esta norma não é aplicável aos ativos afetos aos contratos de concessão ("IFRIC 12 – Acordos de concessão de serviços").

I. Ativos sob direito de uso

O Grupo reconhece os ativos sob direito de uso na data de início da locação (ou seja, a data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos sob direito de uso são mensurados ao custo, deduzido de qualquer depreciação acumulada e perdas por imparidade, e ajustados por qualquer remensuração do respetivo passivo da locação. O custo dos ativos sob direito de uso inclui o montante da mensuração inicial do passivo da locação, os custos diretos iniciais incorridos pelo Grupo e os pagamentos de locação efetuados na data de entrada em vigor ou antes desta, deduzidos os incentivos à locação recebidos. A menos que seja razoavelmente certo que o Grupo irá obter a propriedade do ativo arrendado ao final do prazo do arrendamento, os ativos sob direito de uso reconhecidos são subsequentemente depreciados pelo método linear durante o período mais curto de sua vida útil estimada e o prazo do arrendamento. Os ativos sob direito de uso estão sujeitos a testes de imparidade.

II. Passivos da locação

Na data de início da locação, o Grupo reconhece os passivos da locação mensurados pelo valor presente dos pagamentos da locação a serem realizados durante o prazo da locação. Os pagamentos da locação incluem os pagamentos fixos deduzidos os incentivos à locação a receber, pagamentos de locação variáveis que dependam de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos pelo Grupo a título de garantias de valor residual. Os pagamentos da locação também incluem o preço do exercício de uma opção de compra, se o Grupo estiver razoavelmente certo de exercer essa opção e pagamentos de sanções por rescisão da locação, se o prazo da locação refletir o exercício de uma opção de rescisão da locação pelo Grupo. Os pagamentos variáveis da locação que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos no período em que o evento ou a condição geradora do pagamento ocorre.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos da locação, o Grupo usa a taxa incremental de financiamento calculada em referência à data de início da locação se a taxa de juros implícita na locação não puder ser facilmente determinada. Depois da data de início, o valor do passivo da locação é aumentado para refletir os juros sobre o passivo da locação e é diminuído pelo montante dos pagamentos da locação efetuados. Adicionalmente, o valor contabilístico do passivo da locação é remensurado se ocorrer uma modificação, uma alteração no prazo da locação, uma alteração nos pagamentos de locação fixos em substância ou uma alteração na avaliação da opção de compra do ativo subjacente.

III. Locações de ativos de baixo valor e locações de curto prazo

O Grupo aplica a isenção de reconhecimento de locações de curto prazo (ou seja, as locações que têm um prazo de locação de 12 meses ou menos contados a partir da data de início da locação e que não contêm uma opção de compra). Aplica também isenção de reconhecimento para os ativos que são considerados de baixo valor. Os pagamentos relativos a locações de curto prazo ou de ativos de baixo valor são reconhecidos de forma linear ao longo do prazo da locação.

Da adoção desta norma não decorrem impactos significativos nas demonstrações financeiras consolidadas da REN.

- **Alterações à IFRS 9 - Recursos de pré-pagamento com compensação negativa antecedentes**

Esta alteração, permite a classificação/mensuração de ativos financeiros ao custo amortizado mesmo que incluam condições que permitem o pagamento antecipado por um valor de contraprestação inferior ao valor nominal ("compensação negativa"), tratando-se de uma isenção aos requisitos previsto na IFRS 9 para a classificação de ativos financeiros ao custo amortizado. Adicionalmente, também é clarificado que quando se verifique uma modificação às condições de um passivo financeiro que não dê origem ao desreconhecimento, a diferença de mensuração tem de ser registada de imediato nos resultados do exercício. Da adoção desta norma não decorrem impactos significativos nas demonstrações financeiras consolidadas da REN.

- **IFRIC 23 - Incerteza sobre o tratamento de impostos**

A IFRIC 23 corresponde a uma interpretação da IAS 12 – 'Imposto sobre o rendimento', referindo-se aos requisitos de mensuração e reconhecimento a aplicar quando existem incertezas quanto à aceitação de um determinado tratamento fiscal por parte da Administração Fiscal. Da adoção desta norma não decorrem impactos significativos nas demonstrações financeiras consolidadas da REN.

- **Alterações à IAS 28 - Interesses em associadas e joint ventures**

Esta alteração clarifica que os investimentos de longo-prazo em associadas e empreendimentos conjuntos (componentes do investimento de uma entidade em associadas e empreendimentos conjuntos), que não estão a ser mensurados através do método de equivalência patrimonial, são contabilizados segundo a IFRS 9. Esta clarificação determina que os investimentos de longo-prazo em associadas e empreendimentos conjuntos, estejam sujeitos às regras de imparidade da IFRS 9 (modelo das 3 fases das perdas esperadas), antes de ser considerado para efeitos de teste de imparidade ao investimento global numa associada ou empreendimento conjunto, quando existam indicadores de imparidade. Da adoção desta norma não decorrem impactos significativos nas demonstrações financeiras consolidadas da REN.

- **Melhorias das normas internacionais de relato financeiro (ciclo 2015-2017)**

Ciclicamente são introduzidas melhorias que visam clarificar e simplificar a aplicação do normativo internacional. As alterações introduzidas no ciclo 2015-2017 incidiram na revisão: (i) da IAS 23 - Esta melhoria clarifica que na determinação da taxa de média ponderada dos custos de empréstimos genéricos obtidos, para capitalização nos ativos qualificáveis, devem ser incluídos os custos dos empréstimos obtidos especificamente para financiar ativos qualificáveis, quando os ativos específicos já se encontrem na condição de uso pretendido; (ii) da IAS 12 - Esta melhoria clarifica que o impacto fiscal da distribuição de dividendos deve ser reconhecido na data em que é registada a responsabilidade de pagar, devendo ser reconhecido por contrapartida de resultados do exercício, outro rendimento integral ou capital próprio consoante onde a entidade registou originalmente a transação ou evento que deu origem aos dividendos; e (iii) da IFRS 3 e IFRS 11 - Estas melhorias clarificam que: 1) na obtenção de controlo sobre um negócio que é uma operação conjunta, os interesses detidos anteriormente pelo investidor são remensurados ao justo valor; e 2) quando um investidor numa operação conjunta, que não exerce controlo conjunto, obtém controlo conjunto numa operação conjunta que é um negócio, o interesse detido anteriormente não é remensurado. Da adoção destas melhorias não decorrem impactos significativos nas demonstrações financeiras consolidadas da REN.

- **Alterações à IAS 19 – Alteração do plano, restrição ou liquidação**

Esta alteração clarifica que se uma emenda, restrição ou liquidação do plano ocorrer, é obrigatório que o custo do serviço corrente e os juros líquidos do período após a remensuração sejam determinados usando os pressupostos usados para a remensuração. Além disso, foram incluídas alterações para esclarecer o efeito de uma alteração, redução ou liquidação do plano sobre os requisitos relativos ao limite máximo do ativo. Da adoção desta norma não decorrem impactos significativos nas demonstrações financeiras consolidadas da REN.

Não existem normas, interpretações, emendas e revisões aprovadas ("endorsed") pela União Europeia, de aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, à data de aprovação destas demonstrações financeiras.

Normas e interpretações, emendadas ou revistas, não aprovadas pela União Europeia

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, não foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adotadas (“*endorsed*”) pela União Europeia:

Norma	Aplicável nos exercícios iniciados	Resumo
IFRS 17 - Contratos de seguros	01-jan-21	A IFRS 17 substitui a IFRS 4 - “Contratos de seguro”, a norma que vigora de forma interina desde 2004. A IFRS 17 é aplicável a todas as entidades que emitam contratos de seguro, contratos de resseguro e contratos de investimento com características de participação discricionária.
Alterações a referências à Estrutura Conceptual nas Normas IFRS	01-jan-20	A Estrutura Conceptual revista inclui: um novo capítulo sobre mensuração; orientação sobre relatórios de desempenho financeiro; definições de um ativo e um passivo e orientação que apoia essas definições; e esclarecimentos em áreas importantes, tais como as funções de administração, prudência e incerteza de mensuração em relatórios financeiros.
Alterações à IFRS 3 - Definição de atividade empresarial	01-jan-20	Esta alteração clarifica que para ser considerado uma atividade empresarial, um conjunto integrado de atividades tem de incluir, no mínimo, um input e um processo substantivo que, conjuntamente, contribuam significativamente para a criação de um output. Clarificam igualmente que uma atividade empresarial pode existir sem que inclua todos os inputs e todos os processos necessários para criar outputs. Isto é, os inputs e os processos aplicados a esses inputs “têm de ter a capacidade de contribuir para a criação de outputs” em vez “têm de ter a capacidade de criar outputs”.
Alterações à IAS 1 e IAS 8: Definição de Materialidade	01-jan-20	O objetivo desta alteração foi o de tornar consistente a definição de “material” entre todas as normas em vigor e clarificar alguns aspetos relacionados com a sua definição. A nova definição prevê que “uma informação é material se da sua omissão, de um erro ou a da sua ocultação se possa razoavelmente esperar que influencie as decisões que os utilizadores primários das demonstrações financeiras tomam com base nessas demonstrações financeiras, as quais fornecem informação financeira sobre uma determinada entidade que reporta”. As alterações clarificam que a materialidade depende da natureza e magnitude da informação, ou de ambas. Uma entidade tem de avaliar se determinada informação, quer individualmente quer em combinações com outra informação, é material no contexto das demonstrações financeiras.
Alterações à IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7: Reforma do Benchmark das Taxas de Juro	01-jan-20	Estas alterações permitem uma ligação com a reforma do benchmark das taxas de juros, sendo que estão relacionadas essencialmente com a contabilidade de cobertura. O principal efeito destas alterações advém de que a reforma da taxa IBOR não deve causar, geralmente, o término da contabilidade de cobertura. No entanto, qualquer ineficácia de cobertura deve continuar a ser registada na demonstração do resultado. Dada a natureza abrangente da contabilidade de cobertura, que envolve contratos baseados na taxa IBOR, os impactos afetarão as empresas de todos os setores.

Estas normas não foram ainda adotadas (“*endorsed*”) pela União Europeia e, como tal, não foram aplicadas pelo Grupo no período findo em 30 de setembro de 2019.

4 INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

O Grupo está organizado em dois principais segmentos de negócios, a Eletricidade e o Gás, e um segmento secundário. O segmento da Eletricidade inclui as atividades de transporte de eletricidade em muito alta tensão, a gestão global do sistema elétrico de abastecimento público, a gestão dos contratos de aquisição de energia não cessados em 30 de junho de 2007 e a gestão da concessão para a exploração de uma zona-piloto destinada à produção de energia elétrica a partir das ondas do mar. O segmento do Gás inclui o transporte de gás em muito alta pressão, a gestão global do sistema nacional de abastecimento de gás natural, a operação de regaseificação no terminal GNL, a distribuição de gás natural em baixa e média pressão, e o armazenamento subterrâneo de gás natural.

Embora as atividades do terminal GNL e do armazenamento subterrâneo possam ser vistas como distintas da atividade decorrente do transporte de gás e da gestão global do sistema nacional de gás natural, uma vez que estas atividades prestam serviços a um único utilizador, o qual é também o principal utilizador da rede de transporte de gás em alta pressão, considerou-se que as mesmas estão sujeitas a riscos e benefícios similares.

O segmento de telecomunicações é também apresentado separadamente, embora não se qualifique para divulgação.

A gestão dos financiamentos externos encontra-se centralizada na REN SGPS, S.A., tendo a Empresa optado pela apresentação das rubricas do ativo e do passivo separadas das eliminações efetuadas no âmbito da preparação das demonstrações financeiras consolidadas, tal como utilizado pelo principal responsável pela tomada de decisões operacionais.

Os resultados por segmento para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019 são como se segue:

	Eletricidade	Gás	Telecomunicações	Outros	Eliminações	Grupo
Vendas e prestações de serviços	260.671	159.962	4.904	27.141	(33.250)	419.429
Inter-segmentos	1.252	5.824	-	26.173	(33.250)	-
Externas	259.419	154.138	4.904	968	-	419.429
Rendimentos de construção em ativos concessionados	87.467	22.803	-	-	-	110.270
Gastos de construção em ativos concessionados	(76.866)	(19.496)	-	-	-	(96.362)
Ganhos e perdas imputadas de associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	7.499	-	7.499
Fornecimentos e serviços externos	(33.519)	(29.894)	(1.972)	(8.548)	37.526	(36.406)
Gastos com pessoal	(13.903)	(9.207)	(213)	(18.089)	-	(41.412)
Outros gastos e rendimentos operacionais	9.320	262	(31)	(184)	(4.277)	5.089
Cash flow operacional	233.171	124.430	2.688	7.819	-	368.108
Rendimentos de participação capital (dividendos)	-	-	-	5.377	-	5.377
Gastos não reembolsáveis						
Depreciações e amortizações	(115.668)	(59.931)	(25)	(130)	-	(175.753)
Reversões / (reforços) de provisões	-	-	-	1	-	1
Reversões/ (reforços) de imparidade	-	-	-	(283)	-	(283)
Resultados de financiamento						
Rendimentos financeiros	939	4.769	21	113.665	(113.589)	5.805
Gastos de financiamento	(32.415)	(16.450)	-	(115.223)	113.589	(50.499)
Resultado antes de impostos e CESE	86.027	52.818	2.685	11.225	-	152.755
Imposto sobre o rendimento	(25.045)	(14.437)	(631)	(1.929)	-	(42.042)
Contribuição extraordinária sobre o setor energético (CESE)	(17.434)	(6.955)	-	-	-	(24.390)
Resultado líquido do exercício	43.548	31.426	2.054	9.296	-	86.324

Os resultados por segmento para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018 são como se segue:

	Eletricidade	Gás	Telecomunicações	Outros	Eliminações	Grupo
Vendas e prestações de serviços	265.115	165.433	4.822	27.174	(34.971)	427.573
Inter-segmentos	251	8.945	-	25.776	(34.971)	-
Externas	264.865	156.488	4.822	1.398	-	427.573
Rendimentos de construção em ativos concessionados	47.466	19.013	-	-	-	66.479
Gastos de construção em ativos concessionados	(37.131)	(15.765)	-	-	-	(52.896)
Ganhos e perdas imputadas de associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	4.540	-	4.540
Fornecimentos e serviços externos	(31.105)	(32.163)	(1.194)	(10.414)	39.106	(35.770)
Gastos com pessoal	(14.529)	(9.356)	(200)	(16.646)	-	(40.731)
Outros gastos e rendimentos operacionais	9.606	4.528	(29)	(206)	(4.135)	9.764
Cash flow operacional	239.422	131.690	3.399	4.448	-	378.959
Rendimentos de participação capital (dividendos)	-	-	-	4.947	-	4.947
Gastos não reembolsáveis						
Depreciações e amortizações	(116.601)	(59.426)	(20)	(143)	-	(176.191)
Reversões / (reforços) de provisões	(195)	(38)	-	176	-	(57)
Reversões/ (reforços) de imparidade	-	84	-	(283)	-	(199)
Resultados de financiamento						
Rendimentos financeiros	472	8.654	21	112.233	(116.920)	4.460
Gastos de financiamento	(33.478)	(20.812)	-	(115.862)	116.920	(53.232)
Resultado antes de impostos e CESE	89.620	60.152	3.400	5.515	-	158.688
Imposto sobre o rendimento	(26.086)	(15.398)	(796)	(141)	-	(42.421)
Contribuição extraordinária sobre o setor energético (CESE)	(18.123)	(7.275)	-	-	-	(25.398)
Resultado líquido do exercício	45.411	37.479	2.604	5.374	-	90.868

As transações inter-segmentos são efetuadas a condições e termos de mercado, equiparáveis às transações efetuadas com entidades terceiras.

O rédito incluído no segmento "Outros" refere-se, essencialmente, à prestação de serviços de administração e de *back office* a entidades do Grupo e a terceiras entidades.

Os ativos e passivos por segmento, bem como os investimentos em ativos fixos tangíveis e intangíveis para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019, são como se segue:

	Eletricidade	Gás	Telecomunicações	Outros	Eliminações	Grupo
Ativos do segmento						
Participações financeiras	-	781.521	-	2.061.404	(2.842.925)	-
Ativos fixos tangíveis e intangíveis	2.527.992	1.599.384	24	307	-	4.127.707
Outros ativos	512.692	424.666	6.353	6.383.919	(6.177.650)	1.149.980
Total do ativo	3.040.684	2.805.570	6.377	8.445.631	(9.020.575)	5.277.688
Total do passivo	2.339.902	1.360.539	2.489	6.324.192	(6.177.648)	3.849.475
Total do investimento no período	87.467	22.803	-	94	-	110.364
Investimento em ativos fixos tangíveis (Nota 5)	-	-	-	94	-	94
Investimento em ativos intangíveis - Ativos de concessão (Nota 5)	87.467	22.803	-	-	-	110.270
Investimentos em associadas (Nota 7)	-	-	-	175.343	-	175.343
Investimentos em empreendimentos conjuntos (Nota 7)	-	-	-	2.740	-	2.740

Os ativos e passivos por segmento, bem como os investimentos em ativos fixos tangíveis e intangíveis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, são como se segue:

	Eletricidade	Gás	Telecomunicações	Outros	Eliminações	Grupo
Ativos do segmento						
Participações financeiras	-	1.048.895	-	1.806.895	(2.855.790)	-
Ativos fixos tangíveis e intangíveis	2.556.204	1.636.523	48	404	-	4.193.180
Outros ativos	542.992	537.379	7.618	6.374.865	(6.464.460)	998.394
Total do ativo	3.099.196	3.222.798	7.666	8.182.164	(9.320.250)	5.191.574
Total do passivo	2.398.236	1.509.250	3.940	6.280.771	(6.464.460)	3.727.737
Total do investimento no exercício	85.608	36.167	-	173	-	121.948
Investimento em ativos fixos tangíveis (Nota 5)	-	-	-	173	-	173
Investimento em ativos intangíveis - Ativos de concessão (Nota 5)	85.608	36.167	-	-	-	121.775
Investimentos em associadas (Nota 7)	-	-	-	165.207	-	165.207
Investimentos em empreendimentos conjuntos (Nota 7)	-	-	-	2.635	-	2.635

Os passivos incluídos no segmento "Outros" correspondem, essencialmente, a financiamentos externos obtidos diretamente pela REN SGPS, S.A. e REN Finance, B.V. para financiamento das diversas atividades do Grupo REN.

As rubricas da demonstração da posição financeira e da demonstração dos resultados para cada segmento de negócio resultam dos montantes registados diretamente nas demonstrações financeiras individuais das empresas que constituem o Grupo incluídas no perímetro de cada segmento, corrigidas da anulação das transações intra-segmentos.

5 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS E ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019, os movimentos reconhecidos nos ativos fixos tangíveis e intangíveis foram como se segue:

	1 de janeiro de 2019			Movimentos					30 de setembro de 2019		
	Custo de aquisição	Depreciações acumuladas	Ativo líquido	Adições	Alienações e abates e outras reclassificações	Transferências	Depreciação - exercício	Depreciação - alienações, transferências, abates e outras reclassificações	Custo de aquisição	Depreciações acumuladas	Ativo líquido
Ativos fixos tangíveis:											
Equipamento básico e outros	107	(107)	-	-	-	-	-	-	107	(107)	-
Equipamento de transporte	1.008	(572)	437	94	(189)	-	(158)	177	913	(553)	360
Equipamento administrativo	404	(288)	116	-	(4)	-	(35)	4	400	(319)	81
Edifícios e outras construções	27	(19)	8	-	-	-	(4)	-	27	(23)	4
	1.546	(985)	561	94	(193)	-	(197)	181	1.447	(1.002)	445
	1 de janeiro de 2019			Movimentos					30 de setembro de 2019		
	Custo de aquisição	Amortizações acumuladas	Ativo líquido	Adições	Alienações e abates e outras reclassificações	Transferências	Depreciação - exercício	Depreciação - alienações, transferências, abates e outras reclassificações	Custo de aquisição	Depreciações acumuladas	Ativo líquido
Ativos intangíveis:											
Ativos de concessão	8.161.166	(4.073.426)	4.087.740	2.567	(1.140)	58.000	(175.556)	1.069	8.220.593	(4.247.913)	3.972.680
Ativos intangíveis em curso - ativos de concessão	104.880	-	104.880	107.703	-	(58.000)	-	-	154.583	-	154.583
	8.266.046	(4.073.426)	4.192.619	110.270	(1.140)	-	(175.556)	1.069	8.375.176	(4.247.913)	4.127.262
Total do ativo fixo tangível e intangível	8.267.591	(4.074.411)	4.193.180	110.364	(1.333)	-	(175.753)	1.250	8.376.623	(4.248.915)	4.127.707

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, os movimentos reconhecidos nos ativos fixos tangíveis e intangíveis são como se segue:

	1 de janeiro de 2018			Movimentos					31 de dezembro de 2018		
	Custo de aquisição	Depreciações acumuladas	Ativo líquido	Adições	Alienações e abates e outras reclassificações	Transferências	Depreciação - exercício	Depreciação - alienações, transferências, abates e outras reclassificações	Custo de aquisição	Depreciações acumuladas	Ativo líquido
Ativos fixos tangíveis:											
Equipamento básico e outros	259	(107)	152	-	(152)	-	-	-	107	(107)	-
Equipamento de transporte	1.112	(365)	748	138	(242)	-	(360)	153	1.008	(572)	437
Equipamento administrativo	1.791	(386)	1.405	35	(1.422)	-	(44)	142	404	(288)	116
Edifícios e outras construções	27	(14)	13	-	-	-	(5)	-	27	(19)	8
Ativos tangíveis em curso	910	-	910	-	(910)	-	-	-	-	-	-
	4.099	(871)	3.227	173	(2.726)	-	(409)	295	1.546	(985)	561
	1 de janeiro de 2018			Movimentos					31 de dezembro de 2018		
	Custo de aquisição	Amortizações acumuladas	Ativo líquido	Adições	Alienações e abates e outras reclassificações	Transferências	Depreciação - exercício	Depreciação - alienações, transferências, abates e outras reclassificações	Custo de aquisição	Depreciações acumuladas	Ativo líquido
Ativos intangíveis:											
Ativos de concessão	8.072.173	(3.838.256)	4.233.918	4.158	(1.311)	86.146	(234.646)	(524)	8.161.166	(4.073.426)	4.087.740
Ativos intangíveis em curso - ativos de concessão	72.499	-	72.499	117.617	910	(86.146)	-	-	104.880	-	104.880
	8.144.672	(3.838.256)	4.306.417	121.775	(401)	-	(234.646)	(524)	8.266.046	(4.073.426)	4.192.619
Total do ativo fixo tangível e intangível	8.148.770	(3.839.128)	4.309.644	121.948	(3.127)	-	(235.055)	(229)	8.267.591	(4.074.411)	4.193.180

As principais adições verificadas em 30 de setembro de 2019 e 31 de dezembro 2018 detalham-se como se segue:

	Set 2019	Dez 2018
Segmento eletricidade:		
Construção de linhas de 150KV e 220KV e outras	48.244	24.108
Construção de linha de 400 KV	12.019	13.394
Construção de novas subestações	2.117	290
Ampliação de subestações	13.626	29.906
Outras remodelações em subestações	3.291	5.460
Sistema de informação e telecomunicações	4.646	5.807
Construção zona-piloto - energia das ondas	139	208
Edifícios afetos à concessão	598	2.702
Outros ativos	2.788	3.733
Segmento gás:		
Projetos de expansão e melhoramento da rede de transporte de gás natural	3.168	6.362
Projeto de construção de cavidade de armazenamento subterrâneo de gás natural em Pombal	583	1.703
Projetos construção e <i>upgrade</i> de operacionalidade - Instalações de GNL	3.240	3.277
Projetos de distribuição de gás natural	15.812	24.825
Segmentos outros:		
Outros ativos	94	173
Total das adições	110.364	121.948

As principais transferências nos períodos findos em 30 de setembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 detalham-se como se segue:

	Set 2019	Dez 2018
Segmento eletricidade:		
Construção de linhas de 150KV e 220KV e outras	11.939	12.610
Construção de linha de 400 KV	17.139	1.957
Ampliação de subestações	11.493	26.221
Outras remodelações em subestações	876	3.965
Sistema de informação e telecomunicações	-	5.153
Edifícios afetos à concessão	-	1.442
Outros ativos concessionados	265	1.215
Segmento gás:		
Projetos de expansão e melhoramento da rede de transporte de gás natural	652	4.724
Projeto de construção de cavidade de armazenamento subterrâneo de gás natural em Pombal	-	1.734
Projetos construção e <i>upgrade</i> de operacionalidade - Instalações de GNL	789	3.556
Projetos de distribuição e transporte de gás natural	14.847	23.570
Total das transferências	58.000	86.146

Os ativos intangíveis em curso em 30 de setembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 são conforme se segue:

	Set 2019	Dez 2018
Segmento eletricidade:		
Projetos de linhas 150KV/220KV e 400KV	81.483	50.298
Ampliação e remodelação de subestações	37.478	32.015
Projetos de novas subestações	7.458	6.113
Edifícios afetos à concessão	2.462	2.006
Outros projetos	7.223	1.700
Segmento gás:		
Projetos de expansão e melhoramento da rede de transporte de gás natural	9.187	6.906
Projeto de construção de cavidade de armazenamento subterrâneo de gás natural em Pombal	2.927	2.350
Projetos construção e <i>upgrade</i> de operacionalidade - Instalações de GNL	2.467	106
Projetos de distribuição de gás natural	3.899	3.386
Total do ativo em curso	154.583	104.880

Os encargos financeiros capitalizados em ativos intangíveis em curso, no período findo em 30 de setembro de 2019, ascenderam a 1.805 milhares de Euros (2.017 milhares de Euros em 31 de dezembro de 2018), enquanto os encargos de estrutura e de gestão ascenderam a 12.103 milhares de Euros (17.408 milhares de Euros em 31 de dezembro de 2018) (Nota 21).

Nos períodos findos em 30 de setembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, o valor líquido dos ativos intangíveis que são financiados através de contratos de locação, é como se segue:

	Set 2019	Dez 2018
Valor bruto	6.851	6.525
Amortizações e depreciações acumuladas	(3.069)	(2.481)
Valor líquido	3.782	4.044

6 GOODWILL

A rubrica de "Goodwill" representa a diferença entre o montante pago na aquisição e o justo valor dos ativos, passivos e passivos identificáveis das empresas adquiridas, à data da aquisição do negócio, e em 30 de setembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 detalha-se da seguinte forma:

Subsidiárias	Ano de aquisição	Custo de aquisição	%	Set 2019	Dez 2018
REN Atlântico, Terminal de GNL, S.A.	2006	32.580	100%	2.359	2.642
REN Portgás Distribuição, S.A.	2017	503.015	100%	1.235	1.235
				3.594	3.877

O movimento nos períodos findos em 30 de setembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 foi o seguinte:

Subsidiárias	Saldo em 1 de janeiro de 2018	Aumentos	Diminuições	Correção ao preço de aquisição	Saldo em 31 de dezembro de 2018	Aumentos	Diminuições	Saldo em 30 de setembro de 2019
REN Atlântico, Terminal de GNL, S.A.	3.020	-	(377)	-	2.642	-	(283)	2.359
REN Portgás Distribuição, S.A.	16.082	-	-	(14.847)	1.235	-	-	1.235
	19.102	-	(377)	(14.847)	3.877	-	(283)	3.594

7 PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS EM ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

Em 30 de setembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, a informação financeira relativa às participações financeiras detidas detalha-se da seguinte forma:

Empresa	Atividade	Sede social	30 de setembro de 2019										Valor escriturado	Proporção no resultado	
			Capital social	Ativo corrente	Ativo não corrente	Passivo corrente	Passivo não corrente	Rendimentos	Resultado líquido	Capital próprio	%				
Método da equivalência patrimonial:															
Associada:															
OMIP - Operador do Mercado Ibérico (Portugal), SGPS, S.A.	Gestão de participações	Lisboa	2.610	1.113	27.874	303	-	696	318	28.684	40	11.267	1.742		
Electrogas, S.A.	Transporte de Gás	Chile	19.530	6.531	43.914	2.291	10.678	25.144	13.723	31.793	42,5	164.076	5.652		
												175.343	7.394		
Empreendimento conjunto:															
Centro de Investigação em Energia REN - STATE GRID, S.A.	Investigação e Desenvolvimento	Lisboa	3.000	5.966	37	509	8	1.334	210	5.486	50	2.740	105		
												178.083	7.499		
31 de dezembro de 2018															
Empresa	Atividade	Sede social	Capital social	Ativo corrente	Ativo não corrente	Passivo corrente	Passivo não corrente	Rendimentos	Resultado líquido	Capital próprio	%	Valor escriturado	Proporção no resultado		
Método da equivalência patrimonial:															
Associada:															
OMIP - Operador do Mercado Ibérico (Portugal), SGPS, S.A.	Gestão de participações	Lisboa	2.610	1.179	26.180	353	-	1.117	(1.360)	27.006	40	9.817	(531)		
Electrogas, S.A.	Transporte de Gás	Chile	18.573	6.178	44.843	5.834	11.069	30.695	15.764	34.118	42,5	155.390	6.495		
												165.207	5.964		
Empreendimento conjunto:															
Centro de Investigação em Energia REN - STATE GRID, S.A.	Investigação e Desenvolvimento	Lisboa	3.000	6.011	83	802	16	1.447	(353)	5.276	50	2.635	(176)		
												167.841	5.787		

Associadas

O movimento ocorrido na rubrica de “Participações financeiras em empresas associadas” no período findo em 30 de setembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 foi o seguinte:

Participações financeiras em associadas	
A 1 de janeiro de 2018	159.216
Resultado apropriado pela aplicação do método da equivalência patrimonial	5.964
Conversão de demonstrações financeiras em moeda estrangeira	6.914
Atribuição de dividendos da Electrogas	(6.917)
Outras variações de capital	29
A 31 de dezembro de 2018	165.207
Resultado apropriado pela aplicação do método da equivalência patrimonial	7.394
Conversão de demonstrações financeiras em moeda estrangeira	7.998
Atribuição de dividendos da Electrogas	(4.933)
Recebimento de Prestações Suplementares da OMIP	(292)
Outras variações de capital	(31)
A 30 de setembro de 2019	175.343

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, o Grupo adquiriu uma participação de 42,5%, do capital social da sociedade chilena - Electrogas S.A., pelo montante de 169.285 milhares de Euros. Esta sociedade detém um gasoduto na zona central do Chile com 165,6 Quilômetros de comprimento. Trata-se de um gasoduto de grande relevância no país, que liga o terminal de regaseificação de Quintero a Santiago (a capital e o maior centro populacional chileno) e a Valparaíso (um dos portos mais importantes do Chile). A sociedade tem como objeto social a prestação de serviços transporte de gás natural e outros combustíveis.

O montante total de dividendos reconhecidos de associadas, no decorrer do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019, foi de 4.933 milhares de Euros, dos quais 2.660 milhares de Euros foram recebidos e incluídos na demonstração dos fluxos de caixa.

O valor proporcional do resultado na OMIP, SGPS inclui o efeito do ajustamento proveniente de alterações às Demonstrações Financeiras de exercícios anteriores, efetuadas após aplicação do método de equivalência patrimonial. Esta participação encontra-se classificada como associada.

Empreendimentos conjuntos

O movimento ocorrido na rubrica de “Participações financeiras em empreendimentos conjuntos” no período findo em 30 de setembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 foi o seguinte:

Participações financeiras em empreendimentos conjuntos	
A 1 de janeiro de 2018	2.811
Resultado apropriado pela aplicação do método da equivalência patrimonial	(176)
A 31 de dezembro de 2018	2.635
Resultado apropriado pela aplicação do método da equivalência patrimonial	105
A 30 de setembro de 2019	2.740

Na sequência de um acordo conjunto de parceria tecnológica entre a REN - Redes Energéticas Nacionais e a State Grid International Development (SGID), foi criado em maio de 2013 um centro de I&D, em Portugal, dedicado aos sistemas de energia denominado - Centro de Investigação em Energia REN - STATE GRID, S.A., controlado conjuntamente pelas duas entidades.

O referido Centro de Investigação pretende tornar-se uma plataforma de conhecimento internacional, catalisadora de soluções e ferramentas inovadoras, aplicadas à operação e planeamento das redes de transporte de energia.

Em 30 de setembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, a informação financeira relativa ao empreendimento conjunto detido detalha-se da seguinte forma:

	30 de setembro de 2019					(Gasto) / rendimento do imposto sobre o rendimento
	Caixa e equivalentes de caixa	Passivos financeiros correntes	Passivos financeiros não correntes	Depreciações e amortizações	Gastos de juros	
Empreendimento conjunto:						
Centro de Investigação em Energia REN - STATE GRID, S.A.	5.186	7	8	(56)	(2)	(6)

	31 de dezembro de 2018					(Gasto) / rendimento do imposto sobre o rendimento
	Caixa e equivalentes de caixa	Passivos financeiros correntes	Passivos financeiros não correntes	Depreciações e amortizações	Gastos de juros	
Empreendimento conjunto:						
Centro de Investigação em Energia REN - STATE GRID, S.A.	5.201	6	16	(493)	(1)	(7)

8 IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

A REN é tributada de acordo com o regime especial de tributação dos grupos de sociedades, do qual fazem parte as empresas localizadas em Portugal em que detém, direta ou indiretamente, pelo menos 75% do seu capital, os quais devem conferir mais de 50% dos direitos de voto, e cumprem os requisitos previstos no artigo 69.º do Código do IRC.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2016 a 2019 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

A Administração entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 30 de setembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018.

No exercício de 2019, o Grupo é tributado em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas à taxa base de 21%, que será acrescida de uma derrama municipal de até um máximo de 1,5% sobre o lucro tributável, e uma derrama estadual de (i) 3,0% aplicável sobre o lucro tributável entre 1.500 milhares de Euros e 7.500 milhares de Euros, de (ii) 5,0% aplicável sobre lucro tributável entre 7.500 milhares de Euros e 35.000 milhares de Euros e de (iii) 9,0% para lucros tributáveis que excedam 35.000 milhares de Euros, resultando numa taxa máxima agregada de, aproximadamente, 31,5%.

A taxa de imposto utilizada na valorização das diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis em 30 de setembro de 2019 foi atualizada para cada empresa pertencente ao perímetro de consolidação, utilizando uma taxa média face às perspetivas futuras do lucro tributável de cada empresa recuperável nos próximos exercícios.

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos nos períodos findos em 30 de setembro de 2019 e 2018 são detalhados como se segue:

	Set 2019	Set 2018
Imposto corrente	20.129	51.208
Ajustamentos relativos ao imposto de exercícios anteriores	(123)	(1.169)
Imposto diferido	22.036	(7.617)
Imposto sobre o rendimento	42.042	42.421

A reconciliação do montante de imposto calculado à taxa nominal e o imposto reconhecido na demonstração dos resultados é conforme se segue:

	Set 2019	Set 2018
Resultado antes de impostos	152.755	158.688
Diferenças permanentes:		
Gastos/Rendimentos Não dedutíveis/Não tributáveis	2.290	6.106
Diferenças temporárias:		
Desvios tarifários	(82.145)	23.325
Provisões e imparidades	(35)	(166)
Reavaliações (incluídas no custo considerado dos ativos intangíveis)	(1.458)	(1.853)
Obrigações de benefícios de reforma	(3.553)	(3.460)
Instrumentos financeiros derivados	(3)	2
Outros	(29)	(38)
Lucro tributável	67.821	182.604
Imposto sobre o rendimento	13.820	37.375
Derrama estadual sobre o lucro tributável	4.261	10.498
Derrama municipal	1.444	2.758
Tributações autónomas	604	576
Imposto corrente	20.129	51.208
Imposto diferido	22.036	(7.617)
Ajustamentos relativos ao imposto de exercícios anteriores	(123)	(1.169)
Gasto com impostos sobre o rendimento	42.042	42.421
Taxa efetiva de imposto	27,5%	26,7%

Imposto sobre o rendimento

Em 30 de setembro de 2019 e 31 dezembro de 2018, o detalhe da rubrica "Imposto sobre o rendimento" a pagar e a receber é detalhada no quadro seguinte:

	Set 2019	Dez 2018
Imposto sobre o rendimento do exercício:		
Imposto estimado	(20.129)	(50.405)
Pagamentos por conta	35.240	85.367
Retenções na fonte por terceiros	386	895
Imposto a receber /(pagar)	-	(487)
Imposto a receber /(pagar)	15.496	35.371

Impostos diferidos

O detalhe dos impostos diferidos reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas é como se segue:

	Set 2019	Dez 2018
Impactos na demonstração dos resultados:		
Ativos por impostos diferidos	(7.681)	(1.833)
Passivos por impostos diferidos	(14.355)	(7.706)
	(22.036)	(9.540)
Impactos no capital próprio:		
Ativos por impostos diferidos	3.915	(3.310)
Passivos por impostos diferidos	697	(6.404)
	4.612	(9.714)
Impacto líquido dos impostos diferidos	(17.424)	(19.254)

Os movimentos ocorridos nos impostos diferidos, por natureza, são como se segue:

Evolução dos ativos por impostos diferidos – setembro 2019

	Provisões e imparidades	Benefícios de reforma	Desvios tarifários	Instrumentos financeiros derivados	Reavaliação de ativos	Outros	Total
A 1 de janeiro de 2019	2.818	29.403	38.621	1.259	18.360	2.034	92.495
Aumento/reversão por reservas	-	(544)	-	4.459	-	-	3.915
Reversão por resultados	-	(1.073)	(5.096)	(124)	(1.389)	-	(7.682)
Aumento por resultados	12	-	-	-	-	123	135
Movimento do período	12	(1.618)	(5.096)	4.336	(1.389)	123	(3.632)
A 30 de setembro de 2019	2.830	27.785	33.524	5.595	16.971	2.156	88.863

Evolução dos ativos por impostos diferidos – dezembro 2018

	Provisões e imparidades	Benefícios de reforma	Desvios tarifários	Instrumentos financeiros derivados	Reavaliação de ativos	Outros	Total
A 1 de janeiro de 2018	2.886	36.506	36.227	928	21.117	74	97.737
Alterações do perímetro	(4)	-	-	-	(94)	-	(98)
Aumento/reversão por reservas	-	(5.546)	-	492	-	1.744	(3.310)
Reversão por resultados	(64)	(1.558)	(15)	(161)	(2.662)	-	(4.461)
Aumento por resultados	-	-	2.410	1	-	217	2.627
Movimento do período	(68)	(7.104)	2.394	331	(2.756)	1.961	(5.242)
A 31 de dezembro de 2018	2.818	29.403	38.621	1.259	18.360	2.034	92.495

Em 30 de setembro de 2019, os ativos por impostos diferidos referem-se maioritariamente (i) às obrigações com os planos de benefícios atribuídos aos empregados, (ii) aos desvios tarifários a entregar à tarifa nos próximos exercícios e (iii) às reavaliações de ativos.

Evolução dos passivos por impostos diferidos – setembro 2019

	Desvios tarifários	Reavaliações ao abrigo de diplomas legais (incluídas no custo considerado)	Alocação de justo valor	Investimentos em instrumentos de capital próprio a justo valor por outro rendimento integral	Outros	Total
A 1 de janeiro de 2019	37.784	21.398	37.855	12.926	3.682	113.644
Aumento/reversão por reservas	-	-	-	(697)	-	(697)
Reversão por resultados	-	(1.063)	(1.026)	-	(623)	(2.713)
Aumento por resultados	17.067	-	-	-	-	17.067
Movimentos do período	17.067	(1.063)	(1.026)	(697)	(623)	13.658
A 30 de setembro de 2019	54.852	20.334	36.829	12.230	3.058	127.302

Evolução dos passivos por impostos diferidos – dezembro 2018

	Desvios tarifários	Reavaliações ao abrigo de diplomas legais (incluídas no custo considerado)	Alocação de justo valor	Investimentos em instrumentos de capital próprio a justo valor por outro rendimento integral	Outros	Total
A 1 de janeiro de 2018	26.639	22.856	39.240	10.790	9	99.534
Aumento/reversão por reservas	-	-	-	2.136	4.268	6.404
Reversão por resultados	-	(1.458)	(1.385)	-	(595)	(3.439)
Aumento por resultados	11.145	-	-	-	-	11.145
Movimentos do período	11.145	(1.458)	(1.385)	2.136	3.673	14.110
A 31 de dezembro de 2018	37.784	21.398	37.855	12.926	3.682	113.644

Os passivos por impostos diferidos relativos a reavaliações resultam de reavaliações efetuadas em exercícios anteriores ao abrigo de diplomas legais. O efeito destes impostos diferidos reflete a não dedução fiscal de 40% das amortizações das reavaliações efetuadas (incluídas no custo considerado dos ativos aquando da transição para as IFRS).

Os diplomas legais na base das reavaliações foram os seguintes:

Diplomas legais (Reavaliações)	
Segmento eletricidade	Segmento gás natural
Decreto-Lei nº 430/78	Decreto-Lei nº 140/2006
Decreto-Lei nº 399-G/81	Decreto-Lei nº 66/2016
Decreto-Lei nº 219/82	
Decreto-Lei nº 171/85	
Decreto-Lei nº 118-B/86	
Decreto-Lei nº 111/88	
Decreto-Lei nº 7/91	
Decreto-Lei nº 49/91	
Decreto-Lei nº 264/92	

9 CLASSIFICAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

As políticas contabilísticas para instrumentos financeiros de acordo com as categorias da IFRS 9 foram aplicadas aos seguintes ativos e passivos financeiros:

- setembro 2019

	Notas	Ativos financeiros ao custo amortizado - Instrumentos de dívida	Ativos financeiros ao justo valor - Instrumentos de capital por outro rendimento integral	Ativos/Passivos financeiros ao justo valor - Resultados do período	Empréstimos e contas a pagar	Outros ativos/passivos financeiros	Quantia escriturada	Justo valor
Ativos								
Caixa e equivalentes de caixa	13	-	-	-	-	171.474	171.474	171.474
Cientes e outras contas a receber	11	490.892	-	-	-	-	490.892	490.892
Outros ativos financeiros		-	-	-	-	64	64	64
Investimentos em instrumentos de capital próprio a justo valor por outro rendimento integral	10	-	159.455	-	-	-	159.455	159.455
Imposto sobre o rendimento a receber	8	15.496	-	-	-	-	15.496	15.496
Instrumentos financeiros derivados	12	-	18.193	21.524	-	-	39.717	39.717
		506.388	177.648	21.524	-	171.538	877.098	877.098
Passivos								
Empréstimos obtidos	16	-	-	400.000	2.389.895	-	2.789.895	2.991.057
Fornecedores e outras contas a pagar	19	-	-	-	531.720	-	531.720	531.720
Instrumentos financeiros derivados	12	-	29.492	4.302	-	-	33.794	33.794
		-	29.492	404.302	2.921.615	-	3.355.409	3.556.571

- dezembro 2018

	Notas	Ativos financeiros ao custo amortizado - Instrumentos de dívida	Ativos financeiros ao justo valor - Instrumentos de capital por outro rendimento integral	Ativos/Passivos financeiros ao justo valor - Resultados do período	Empréstimos e contas a pagar	Outros ativos/passivos financeiros	Quantia escriturada	Justo valor
Ativos								
Caixa e equivalentes de caixa	13	-	-	-	-	35.735	35.735	35.735
Cientes e outras contas a receber	11	477.372	-	-	-	-	477.372	477.372
Outros ativos financeiros		-	-	-	-	45	45	45
Investimentos em instrumentos de capital próprio a justo valor por outro rendimento integral	10	-	162.552	-	-	-	162.552	162.552
Imposto sobre o rendimento a receber	8	35.371	-	-	-	-	35.371	35.371
Instrumentos financeiros derivados	12	-	10.940	10.070	-	-	21.010	21.010
		512.743	173.493	10.070	-	35.780	732.086	732.086
Passivos								
Empréstimos obtidos	16	-	-	400.000	2.306.340	-	2.706.340	2.765.151
Fornecedores e outras contas a pagar	19	-	-	-	515.196	-	515.196	515.196
Instrumentos financeiros derivados	12	-	10.877	2.076	-	-	12.952	12.952
		-	10.877	402.076	2.821.536	-	3.234.489	3.293.299

Os Empréstimos obtidos, tal como referido na Nota 3.6 das demonstrações financeiras consolidadas anuais, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, são mensurados, no reconhecimento inicial ao justo valor e subsequentemente ao custo amortizado, exceto relativamente aos quais tenha sido contratado derivado de cobertura de justo valor (Nota 12), que se encontram mensurados ao justo valor. Não obstante, a REN procede à divulgação do justo valor da rubrica de Empréstimos obtidos na sua totalidade, tendo por base um conjunto de dados observáveis relevantes, os quais se enquadram no nível 2 da hierarquia do justo valor.

O justo valor dos Empréstimos obtidos e derivados são calculados pelo método dos *cash flows* descontados, utilizando a curva de taxa de juro da data da demonstração da posição financeira, de acordo com as características de cada empréstimo.

O intervalo de taxas de mercado utilizado para cálculo do justo valor varia entre -0,3600% e -0,0490% (maturidades de um dia e doze anos, respetivamente).

O justo valor dos empréstimos contraídos pelo Grupo é, em 30 de setembro de 2019, de 2.991.057 milhares de Euros (em 31 de dezembro de 2018 era de 2.765.151 milhares de Euros), dos quais 417.081 milhares de Euros se encontram parte registados a custo amortizado e inclui um elemento de justo valor resultante de movimentos na taxa de juro (em 31 de dezembro de 2018 era de 403.336 milhares de Euros).

Estimativa de justo valor – ativos e passivos mensurados ao justo valor

A tabela seguinte apresenta os ativos e passivos do Grupo mensurados ao justo valor em 30 de setembro de 2019, de acordo com os seguintes níveis de hierarquia de justo valor:

- Nível 1: justo valor de instrumentos financeiros é baseado em cotações de mercados líquidos ativos à data de referência da demonstração da posição financeira;
- Nível 2: o justo valor de instrumentos financeiros não é determinado com base em cotações de mercado ativo, mas sim com recurso a modelos de avaliação;
- Nível 3: o justo valor de instrumentos financeiros não é determinado com base em cotações de mercado ativo, mas sim com recurso a modelos de avaliação, cujos principais *inputs* não são observáveis no mercado.

		Set 2019				Dez 2018			
		Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos:									
Investimentos em instrumentos de capital próprio a justo valor por outro rendimento integral	Participações	100.905	54.969	-	155.874	105.562	53.409	-	158.971
Ativos financeiros ao justo valor	Derivados de cobertura de fluxos de caixa	-	18.193	-	18.193	-	10.940	-	10.940
Ativos financeiros ao justo valor	Derivados de cobertura de justo valor	-	21.524	-	21.524	-	10.070	-	10.070
		100.905	94.686	-	195.590	105.562	74.419	-	179.981
Passivos:									
Passivos financeiros ao justo valor	Empréstimos obtidos	-	417.081	-	417.081	-	406.336	-	406.336
Passivos financeiros ao justo valor	Derivados de cobertura de fluxos de caixa	-	29.492	-	29.492	-	10.877	-	10.877
Passivos financeiros ao justo valor reconhecidos em resultados	Derivados de negociação	-	4.302	-	4.302	-	2.076	-	2.076
		-	450.875	-	450.875	-	419.288	-	419.288

Relativamente aos saldos de contas a receber e contas a pagar correntes, o seu valor líquido contabilístico constitui uma razoável aproximação ao justo valor.

As contas a pagar e receber não correntes referem-se, essencialmente, aos desvios tarifários cujos valores são publicados pela ERSE e o seu valor líquido contabilístico constitui uma razoável aproximação ao justo valor, na medida em que os mesmos incorporam um efeito financeiro associado ao valor temporal do dinheiro, sendo incorporados nas tarifas nos dois anos subsequentes.

Gestão de riscos financeiros

Desde o último período anual de reporte até à data de 30 de setembro de 2019, não se verificaram alterações significativas na gestão dos riscos financeiros da Empresa comparativamente aos riscos já divulgados nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2018. A descrição dos riscos pode ser consultada na Nota 4 - Políticas de Gestão do Risco Financeiro das demonstrações financeiras consolidadas anuais, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

10 INVESTIMENTOS EM INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO A JUSTO VALOR POR OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL

Em 30 de setembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, os ativos reconhecidos nesta rubrica referem-se a instrumentos de capital próprio detidos em entidades consideradas estratégicas pelo Grupo. Esta rubrica refere-se às seguintes participações:

	Sede social			Valor contabilístico	
	Localidade	País	% detida	Set 2019	Dez 2018
OMEL - Operador del Mercado Ibérico de Energia (Pólo Espanhol)	Madrid	Espanha	10,00%	3.167	3.167
Red Eléctrica Corporación, S.A. ("REE")	Madrid	Espanha	1,00%	100.905	105.562
Hidroeléctrica de Cahora Bassa ("HCB")	Maputo	Moçambique	7,50%	54.969	53.409
Coreso, S.A.	Bruxelas	Bélgica	7,90%	164	164
MIBGÁS, S.A.	Madrid	Espanha	6,67%	202	202
MIBGÁS Derivatives, S.A.	Madrid	Espanha	9,70%	48	48
				159.455	162.552

Os movimentos registados nesta rubrica foram os seguintes:

	OMEL	HCB	REE	Coreso	MIBGÁS	MIBGÁS Derivatives	Outras	Total
1 de janeiro de 2018	3.167	51.591	101.311	164	202	-	5	156.439
Aquisições	-	-	-	-	-	48	-	48
Ajustamento de justo valor	-	1.818	4.251	-	-	-	-	6.069
Outras	-	-	-	-	-	-	(5)	(5)
31 de dezembro de 2018	3.167	53.409	105.562	164	202	48	-	162.552
1 de janeiro de 2019	3.167	53.409	105.562	164	202	48	-	162.552
Ajustamento de justo valor	-	1.560	(4.657)	-	-	-	-	(3.097)
30 de setembro de 2019	3.167	54.969	100.905	164	202	48	-	159.455

A Red Eléctrica Corporación, S.A. ("REE") é a entidade responsável pela gestão da rede elétrica em Espanha. O Grupo adquiriu 1% de ações da REE como parte de um acordo celebrado entre os governos de Portugal e Espanha. A REE está listada na Bolsa de Madrid integrando o índice "IBEX 35" e o ativo financeiro foi registado na data da demonstração da posição financeira de acordo com a cotação em 30 de setembro de 2019.

A REN é detentora de 2.060.661.943 ações representativas de 7,5 % na Hidroeléctrica de Cahora Bassa, S.A. ("HCB") do capital social e direito de voto da HCB, sociedade de direito moçambicano, transmitidas na sequência do preenchimento das condições do contrato celebrado em 9 de abril de 2012, entre a REN, a Parpública – Participações Públicas, SGPS, S.A., a CEZA – Companhia Eléctrica do Zambeze, S.A. e a EDM – Electricidade de Moçambique, EP. Esta participação foi inicialmente registada pelo seu custo de aquisição (38.400 milhares de Euros) e posteriormente ajustada para o seu justo valor.

A REN detém uma participação financeira do capital social da Coreso, participada também por importantes TSO Europeus que, como iniciativa de Coordenação de Segurança Regional (RSCI), assiste os TSO no fornecimento de eletricidade em segurança na Europa. Neste contexto, a Coreso desenvolve e executa atividades de planeamento operacional que envolvem a análise e coordenação da rede regional Europeia de eletricidade, com foco na coordenação de serviços, variando desde a coordenação com vários dias de antecedência até perto do tempo real.

Em 30 de setembro de 2019, a REN é ainda detentora de uma participação de 6,67%, adquirida no decorrer do primeiro semestre de 2016, do capital social do MIBGAS, S.A., sociedade gestora do mercado organizado de gás, o qual é responsável pelo desenvolvimento das atividades de operador de mercado grossista de gás natural na Península Ibérica.

No âmbito do processo de criação do Operador Único do Mercado Ibérico de Eletricidade (OMI) em 2011, e em conformidade com o que estava previsto no acordo entre a República Portuguesa e o Reino de Espanha relativo à constituição de um mercado ibérico de energia elétrica, a Empresa adquiriu 10% do capital social do OMEL, Operador del Mercado Ibérico de Energia, S.A., polo espanhol do Operador Único, pelo valor global de 3.167 milhares de Euros.

Em 30 de setembro de 2019, a REN é ainda detentora de uma participação de 9,70%, adquirida pelo montante de 48 milhares de Euros, do capital social do MIBGÁS Derivatives, S.A., sociedade gestora da negociação do mercado organizado de produtos de futuros de gás natural, de produtos spot de gás natural liquefeito e de produtos spot nas armazenagens subterrâneas na Península Ibérica.

Na medida em que não existe um preço de mercado disponível para os investimentos referidos (OMEL, MIBGÁS, MIBGÁS Derivatives e Coreso) e não sendo possível determinar o justo valor no período recorrendo a transações comparáveis, estas participações encontram-se refletidas contabilisticamente ao custo de aquisição deduzido de perdas por imparidade, tal como descrito na Nota 3.6 – Ativos e Passivos Financeiros das demonstrações financeiras consolidadas anuais.

Relativamente ao investimento detido na OMEL, Coreso, MIBGÁS e MIBGÁS Derivatives não existe, na data de relato, qualquer indício de imparidade.

Os ajustamentos nos investimentos em instrumentos de capital próprio a justo valor por outro rendimento integral são registados em capital próprio na rubrica “Reserva de justo valor”, que em 30 de setembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 apresenta os seguintes montantes:

Reserva de justo valor	
(Nota 15)	
1 de janeiro de 2018	53.778
Varição de justo valor	6.069
Efeito fiscal	(2.136)
31 de dezembro de 2018	57.711
1 de janeiro de 2019	57.711
Varição de justo valor	(3.097)
Efeito fiscal	697
30 de setembro de 2019	55.311

O montante de 5.377 milhares de Euros reconhecido na demonstração consolidada dos resultados, no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019, é referente a dividendos de associadas, dos quais 3.933 milhares de Euros foram recebidos no exercício de 2019. Adicionalmente, foram recebidos 1.477 milhares de Euros relativos a dividendos atribuídos no exercício de 2018. Estes montantes encontram-se refletidos na demonstração dos fluxos de caixa.

O detalhe dos dividendos por entidade, no decorrer do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019 e 2018, é apresentado no quadro seguinte:

	Set 2019	Set 2018
Red Electrica Corporación, S.A. (“REE”)	3.847	3.595
Hidroeléctrica de Cahora Bassa, S.A (“HCB”)	1.443	1.261
OMEL - Operador del Mercado Ibérico de Energia (Pólo Espanhol)	87	91
	5.377	4.947

11 CLIENTES E OUTRAS CONTAS A RECEBER

Em 30 de setembro de 2019 e 31 dezembro de 2018, o detalhe da rubrica de “Clientes e outras contas a receber” é o seguinte:

	Set 2019			Dez 2018		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Clientes e outras contas a receber	244.727	155	244.882	294.602	6.005	300.607
Imparidade de clientes e contas a receber	(2.942)	-	(2.942)	(2.942)	-	(2.942)
Clientes - Valor líquido	241.785	155	241.940	291.660	6.005	297.665
Desvios tarifários	34.971	188.431	223.402	116.561	44.241	160.802
Estado e Outros Entes Públicos	25.549	-	25.549	18.905	-	18.905
Clientes e outras contas a receber	302.305	188.586	490.891	427.126	50.246	477.372

Na composição dos saldos da rubrica de “Clientes e outras contas a receber” em 30 de setembro de 2019, assume particular relevância: (i) o montante em dívida da EDP – Distribuição de Energia, S.A., o qual ascende a 83.603 milhares de Euros (80.037 milhares de Euros em 31 de dezembro de 2018); (ii) da Galp Gás Natural, S.A., o qual ascende a 16.557 milhares de Euros (11.547 milhares de Euros em 31 de dezembro de 2018); e (iii) o montante a receber de 12.297 milhares de Euros, tal como definido pelo regulador ERSE, no quadro das medidas de sustentabilidade do Sistema Elétrico Nacional (31.638 milhares de Euros em 31 de dezembro de 2018).

No saldo da rubrica de “Clientes e outras contas a receber”, em 30 de setembro de 2019, destaca-se ainda a faturação a emitir da atividade do Gestor de Mercado (MIBEL – Mercado Ibérico de Eletricidade), no montante de 12.089 milhares de Euros (22.722 milhares de Euros em 31 de dezembro de 2018) e o montante a faturar à EDP Distribuição de Energia, S.A., de 48 milhares de Euros (7.975 milhares de Euros em 31 de dezembro de 2018), relativos aos CMEC, também refletidos na rubrica de “Fornecedores e outras contas a pagar” (Nota 19).

Esta transação configura-se como uma transação de “Agente” na demonstração consolidada dos resultados da REN, facto pelo qual se encontra compensada nessa demonstração.

Os movimentos ocorridos na rubrica de “Imparidade de clientes e outras contas a receber” detalha-se como se segue:

	Set 2019	Dez 2018
Saldo inicial	(2.942)	(3.043)
Alterações do perímetro	-	453
Aumentos	-	(352)
Reversões	-	-
Saldo final	(2.942)	(2.942)

12 INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

Em 30 de setembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, o Grupo REN tinha os seguintes instrumentos financeiros derivados contratados:

	Nocional	30 de setembro de 2019			
		Ativo		Passivo	
		Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Derivados designados como cobertura de fluxos de caixa					
Swaps de taxa de juro	600 000 mEUR	-	-	-	29.492
Swap de taxa de câmbio e de juro	72 899 mEUR	-	18.193	-	-
		-	18.193	-	29.492
Derivados designados como cobertura de justo valor					
Swaps de taxa de juro	400 000 mEUR	-	21.524	-	-
		-	21.524	-	-
Derivados de negociação					
Derivados de negociação	60 000 mEUR	-	-	-	4.302
		-	-	-	4.302
Instrumentos financeiros derivados		-	39.717	-	33.794

	Nocional	31 de dezembro de 2018			
		Ativo		Passivo	
		Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Derivados designados como cobertura de fluxos de caixa					
Swaps de taxa de juro	600 000 mEUR	-	-	-	10.877
Swap de taxa de câmbio e de juro	72 899 mEUR	-	10.940	-	-
		-	10.940	-	10.877
Derivados designados como cobertura de justo valor					
Swaps de taxa de juro	400 000 mEUR	-	10.070	-	-
		-	10.070	-	-
Derivados de negociação					
Derivados de negociação	60 000 mEUR	-	-	-	2.076
		-	-	-	2.076
Instrumentos financeiros derivados					
		-	21.010	-	12.952

A valorização da carteira de instrumentos financeiros derivados é baseada em avaliações de justo valor efetuadas por entidades externas especializadas.

O valor reconhecido nesta rubrica refere-se a contratos *swap* de taxa de juro e *cross currency swap*, contratados pela REN SGPS com o objetivo de cobrir o risco de flutuação das taxas de juro e câmbio futuras, cujas contrapartes são instituições financeiras internacionais com uma sólida notação de risco de crédito e instituições nacionais de primeira linha.

Estão incluídos nos valores apresentados o valor dos juros corridos, a receber ou a pagar à data de 30 de setembro de 2019, relativos a estes instrumentos financeiros, no montante líquido a receber de 2.884 milhares de Euros (à data de 31 de dezembro de 2018 era de 2.136 milhares de Euros a receber).

As características dos instrumentos financeiros derivados contratados associados a operações de financiamento em 30 de setembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 eram as seguintes:

	Nocional de referência	REN paga	REN recebe	Vencimento	Justo valor em 30 de setembro de 2019	Justo valor em 31 de dezembro de 2018
Derivados designados como cobertura de fluxos de caixa						
Swaps de taxa de juro	600 000 mEuros	[0,75%;1,266%]	[-0,433%;0,00%] - Taxas variáveis	[jun-2024;fev-2025]	(29.492)	(10.877)
Swaps de taxa de câmbio e de juro	72 899 mEUR	[0,00%;1,592%] - taxas variáveis	2,71%	2024	18.193	10.940
					(11.300)	64
Derivados designados como cobertura de justo valor						
Swaps de taxa de juro	400 000 mEuros	[-0,393%;0,101%] - taxas variáveis	[0,611%;1,724%]	[out-2020; fev-2025]	21.524	10.070
					21.524	10.070
Derivados designados como negociação						
Swaps de taxa de juro	60 000 mEuros	[-0,308%;0,00%] - taxas variáveis	[0,00%;0,99%]	2024	(4.302)	(2.076)
					(4.302)	(2.076)
				Total	5.923	8.058

A periodicidade dos fluxos pagos e recebidos da carteira de instrumentos financeiros derivados é trimestral, semestral e anual para os contratos de cobertura da variabilidade dos fluxos de caixa, semestral e anual para os derivados designados como de cobertura de justo valor e semestral para o derivado de negociação.

O escalonamento do nocional de referência dos derivados de cobertura de fluxos de caixa e de justo valor em 30 de setembro de 2019 é apresentado no quadro seguinte:

	2020	2021	2022	2023	2024	Anos seguintes	Total
Swaps de taxa de juro (cobertura de fluxos de caixa)	-	-	-	-	300.000	300.000	600.000
Swaps de taxa de juro e câmbio (cobertura de fluxos de caixa)	-	-	-	-	72.899	-	72.899
Swaps de taxa de juro (cobertura de justo valor)	100.000	-	-	-	-	300.000	400.000
Swaps de negociação	-	-	-	-	60.000	-	60.000
Total	100.000	-	-	-	432.899	600.000	1.132.899

Swaps:

Cobertura de fluxos de caixa

O Grupo procede à cobertura de uma parcela de pagamentos futuros de juros de dívida através da contratação de *swaps* de taxa de juro em que paga uma taxa fixa e recebe uma taxa variável.

À data de 30 de setembro de 2019, o nocional dos derivados de cobertura de fluxos de caixa é de 600.000 milhares de Euros (em 31 de dezembro de 2018 era de 600.000 milhares de Euros). Esta é uma cobertura do risco de taxa de juro associado aos pagamentos de juros à taxa variável decorrentes de passivos financeiros reconhecidos. O risco coberto é o indexante da taxa variável ao qual estão associados os juros dos financiamentos. O objetivo desta cobertura é transformar os empréstimos de taxa de juro variável em taxa de juro fixa, sendo que o risco de crédito não se encontra a ser coberto. O justo valor dos *swaps* de taxa de juro, em 30 de setembro de 2019, é de 29.492 milhares de Euros negativos (em 31 de dezembro de 2018 era de 10.877 milhares de Euros negativos).

Adicionalmente, o Grupo procede à cobertura da sua exposição ao risco de fluxos de caixa da sua emissão obrigacionista de 10.000 milhões de JPY, decorrente do risco cambial, através de um *cross currency swap* com as características principais equivalentes às da dívida emitida. Este mesmo instrumento de cobertura é utilizado para uma cobertura de justo valor do risco de taxa de juro da referida emissão obrigacionista através da componente *forward start swap* que teve início em junho de 2019. As variações de justo valor do instrumento de cobertura encontram-se igualmente a ser diferidas em reservas de cobertura. Desde junho de 2019, o derivado cobre a exposição a JPY e o risco de taxa de juro, transformando a operação numa cobertura de justo valor. O risco de crédito não se encontra coberto.

De referir que são registados na demonstração dos resultados os montantes decorrentes do instrumento de cobertura quando a transação coberta afeta os resultados do exercício.

O justo valor do *cross currency swap*, a 30 de setembro de 2019, é de 18.193 milhares de Euros positivos (em 31 de dezembro de 2018 era de 10.940 milhares de Euros positivos).

O efeito cambial do subjacente (empréstimo), em 30 de setembro de 2019, foi desfavorável no montante de 5.582 milhares de Euros, tendo sido compensado pelo efeito favorável do instrumento de cobertura na demonstração dos resultados do exercício (em 30 de setembro de 2018 foi desfavorável em 2.134 milhares de Euros).

A componente ineficaz relativa à cobertura de justo valor registada na demonstração da posição financeira, em 30 de setembro de 2019, foi de 9.877 milhares de Euros (em 31 de dezembro de 2018 era de 7.321 milhares de Euros). Desta forma, o efeito registado na demonstração consolidada dos resultados do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019 ascende a 2.556 milhares de Euros.

O valor registado em reservas referente às coberturas de fluxos de caixa acima referidas é, a 30 de setembro de 2019, de 33.467 milhares de Euros (em 31 de dezembro de 2018 era de 13.647 milhares de Euros).

Os movimentos registados na reserva de cobertura foram os seguintes:

	Justo valor	Impacto imposto diferido	Reserva cobertura (Nota 15)
1 de janeiro de 2018	(12.281)	2.580	(9.702)
Variação de justo valor e ineficácia	(1.366)	492	(875)
31 de dezembro de 2018	(13.647)	3.071	(10.577)
1 de janeiro de 2019	(13.647)	3.071	(10.577)
Variação de justo valor e ineficácia	(19.819)	4.459	(15.360)
30 de setembro de 2019	(33.467)	7.531	(25.937)

Cobertura de justo valor

O Grupo procede à cobertura do risco de taxa de juro associado aos pagamentos de juros a taxa fixa decorrentes das emissões de dívida efetuadas através da contratação de *swaps* de taxa de juro em que paga uma taxa variável e recebe uma taxa fixa.

O nocional dos derivados designados como cobertura de justo valor, em 30 de setembro de 2019, é de 400.000 milhares de Euros (em 31 de dezembro de 2018 era também de 400.000 milhares de Euros). O risco coberto correspondente à variação do justo valor da dívida atribuíveis a movimentos nas taxas de juro de mercado. O objetivo desta cobertura é transformar os empréstimos de taxa de juro fixa em taxa de juro variável, sendo que o risco de crédito não se encontra a ser coberto.

Em 30 de setembro de 2019, o justo valor destes *swaps* de taxa de juro designados como cobertura de justo valor é de 21.524 milhares de Euros positivos (em 31 de dezembro de 2018 era de 10.070 milhares de Euros positivos).

As alterações de justo valor da dívida emitida decorrente do risco de taxa de juro são reconhecidas em resultados, por forma a compensar a variação de justo valor do instrumento de cobertura na demonstração dos resultados do exercício.

À data de 30 de setembro de 2019, a alteração de justo valor da dívida de 400.000 milhares de Euros relativa ao risco de taxa de juro reconhecida em resultados foi de 10.745 milhares de Euros negativos (em 30 de setembro de 2018 era de 1.355 milhares de Euros positivos), resultando numa componente ineficaz de cerca de 70 milhares de Euros positivos (em 30 de setembro de 2018 era de 180 milhares de Euros positivos).

Derivados de negociação

O *forward start swap* de taxa de juro detido pelo Grupo teve data de início em junho 2019. Neste derivado, que tem maturidade em 2024, o Grupo paga uma taxa fixa e recebe uma taxa variável.

Este instrumento, apesar de não designado como de cobertura de acordo com a IFRS 9, encontra-se a efetuar a cobertura económica do risco de flutuação das taxas de juro futuras para o período considerado.

O nocional deste derivado de negociação é de 60.000 milhares de Euros à data de 30 de setembro de 2019 (em 31 de dezembro de 2018 era de 60.000 milhares de Euros). Esta é uma cobertura do risco de taxa de juro associado aos pagamentos futuros de juros à taxa variável decorrente dos passivos financeiros do Grupo. O risco coberto é o indexante da taxa variável ao qual estão associados os juros dos financiamentos. O objetivo desta cobertura é transformar os fluxos de taxa de juro variável em taxa de juro fixa, sendo que o risco de crédito não se encontra a ser coberto. O justo valor do derivado de negociação, em 30 de setembro de 2019, é de 4.302 milhares de Euros negativos (em 31 de dezembro de 2018 era de 2.076 milhares de Euros negativos).

As variações de justo valor do derivado de negociação são registadas diretamente em resultados do exercício. O impacto nos resultados do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019, relativo ao efeito do justo valor do derivado de negociação, foi um gasto de 2.226 milhares de Euros (a 30 de setembro de 2018 foi registado um gasto de 342 milhares de Euros).

13 CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

Em 30 de setembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, a rubrica de "Caixa e equivalentes de caixa" é como se segue:

	Set 2019	Dez 2018
Caixa	26	-
Depósitos bancários	171.448	35.735
Caixa e equivalentes de caixa na demonstração da posição financeira	171.474	35.735
Descobertos bancários (Nota 16)	(6.011)	(1.638)
Caixa e equivalentes de caixa nos fluxos de caixa	165.463	34.096

14 CAPITAL SOCIAL, AÇÕES PRÓPRIAS E PRÉMIO DE EMISSÕES DE AÇÕES

Em 30 de setembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, o capital social da REN encontra-se totalmente subscrito e realizado, sendo representado por 667.191.262 ações com o valor nominal de 1 Euro cada:

	Set 2019		Dez 2018	
	Número de ações	Capital Social	Número de ações	Capital Social
Capital Social	667.191.262	667.191	667.191.262	667.191

Em 30 de setembro de 2019, a REN SGPS detinha as seguintes ações em carteira:

	Número de ações	Percentagem de capital social	Valor
Ações próprias	3.881.374	0,6%	(10.728)

Não houve aquisição ou venda de ações próprias no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019.

De acordo com o Código das Sociedades Comerciais, a REN SGPS tem de garantir em cada momento a existência de reservas no Capital Próprio para cobertura do valor das ações próprias, limitando o valor das reservas disponíveis para distribuição.

15 RESERVAS E RESULTADOS ACUMULADOS

A rubrica de "Reservas" no montante de 322.789 milhares de Euros inclui:

- Reserva legal: De acordo com a legislação comercial em vigor, pelo menos 5% do resultado líquido anual, se positivo, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital. Em 30 de setembro de 2019, esta rubrica ascende a 118.828 milhares de Euros;
- Reserva de justo valor: Inclui as variações nos investimentos em instrumentos de capital próprio a justo valor por outro rendimento integral (55.311 milhares de Euros positivos), conforme detalhado na Nota 10;
- Reserva de cobertura: Inclui as variações do justo valor dos instrumentos financeiros derivados de cobertura na parte em que a cobertura dos fluxos de caixa é efetiva (25.937 milhares de Euros negativos), os quais encontram-se detalhados na Nota 12; e
- Outras reservas: Esta rubrica é movimentada pela (i) aplicação dos resultados dos exercícios, sendo passível de distribuição aos acionistas, exceto quanto à limitação definida pelo Código das Sociedades Comerciais no que respeita às ações próprias, (ii) variação cambial associada a participação financeira cuja moeda funcional é distinta do Euro, (iii) variação do capital próprio de entidades participadas, registadas pelo método de equivalência patrimonial e (iv) plano de atribuição de ações. Em 30 de setembro de 2019, esta rubrica ascende a 174.587 milhares de Euros.

De acordo com a legislação em vigor em Portugal: (i) os incrementos decorrentes da adoção de justo valor (reservas de justo valor e reservas de cobertura) apenas poderão ser distribuídos aos acionistas quando os elementos ou direitos que lhe deram origem sejam alienados, exercidos, extintos, liquidados ou quando se verifique o seu uso; e (ii) os rendimentos e outras variações patrimoniais positivas reconhecidos em consequência da utilização do método da equivalência patrimonial apenas relevam para poderem ser distribuídos aos sócios quando sejam realizados. A legislação vigente em Portugal estabelece ainda que a diferença entre o resultado apropriado pela aplicação do método da equivalência patrimonial e o montante de dividendos pagos ou deliberados referentes às mesmas participações seja equiparada a reservas legais.

16 EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

A alocação dos empréstimos quanto à sua maturidade (corrente e não corrente) e por natureza de empréstimo, em 30 de setembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, é como se segue:

	Set 2019			Dez 2018		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Empréstimos obrigacionistas	30.000	1.722.590	1.752.590	30.000	1.738.207	1.768.207
Empréstimos bancários	56.372	499.399	555.771	200.134	556.430	756.564
Papel comercial	468.000	-	468.000	180.000	-	180.000
Descobertos bancários (Nota 13)	6.011	-	6.011	1.638	-	1.638
Locações	1.396	2.283	3.679	1.557	2.776	4.333
	561.779	2.224.272	2.786.051	413.329	2.297.413	2.710.742
Juros a pagar - empréstimos	29.460	-	29.460	24.555	-	24.555
Juros pagos (antecipação)	2.695	(28.311)	(25.616)	(6.482)	(22.474)	(28.956)
Empréstimos	593.934	2.195.961	2.789.895	431.401	2.274.939	2.706.340

Os empréstimos obtidos apresentavam o seguinte plano de reembolso previsto:

	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Anos seguintes	Total
Dívida - Não Corrente	-	283.530	109.798	99.134	620.832	199.831	911.146	2.224.272
Dívida - Corrente	384.748	177.031	-	-	-	-	-	561.779
	384.748	460.561	109.798	99.134	620.832	199.831	911.146	2.786.051

O detalhe dos empréstimos obrigacionistas em 30 de setembro de 2019 é o seguinte:

30 de setembro de 2019					
Data da Emissão	Data de Reembolso	Montante inicial	Capital em dívida	Taxa de juro	Periodicidade de pagamento de juros
Emissões ao abrigo do Programa 'Euro Medium Term Notes'					
26/06/2009	26/06/2024	mEUR 72.899 (i) (ii)	mEUR 72.899	Taxa fixa	Semestral
16/01/2013	16/01/2020	mEUR 150.000 (i)	mEUR 30.000	Taxa variável	Trimestral
17/10/2013	16/10/2020	mEUR 400.000 (ii)	mEUR 267.755	Taxa fixa EUR 4,75%	Anual
12/02/2015	12/02/2025	mEUR 300.000 (ii)	mEUR 500.000	Taxa fixa EUR 2,50%	Anual
01/06/2016	01/06/2023	mEUR 550.000	mEUR 550.000	Taxa fixa EUR 1,75%	Anual
18/01/2018	18/01/2028	mEUR 300.000	mEUR 300.000	Taxa fixa EUR 1,75%	Anual

(i) Estas emissões correspondem a colocações privadas.

(ii) Estas emissões têm associados *swaps* de taxa de juro e/ou de taxa de câmbio.

Em 30 de setembro de 2019, o Grupo detém sete programas de papel comercial no valor de 1.300.000 milhares de Euros, estando disponíveis para utilização 832.000 milhares de Euros. Do valor total dos programas de papel comercial, 530.000 milhares de Euros possuem garantia de colocação.

Em maio de 2019, foi celebrado um *Money Market Loan Agreement* com a Societe Generale, no montante global de 100.000 milhares de Euros. Esta linha não possui garantia de colocação e a 30 de setembro de 2019 encontrava-se totalmente disponível.

Na rubrica empréstimos bancários destacam-se os empréstimos contratados com o Banco Europeu de Investimento (BEI) que, em 30 de setembro de 2019, ascendiam a 369.119 milhares de Euros (em 31 de dezembro de 2018 era de 409.388 milhares de Euros).

O Grupo tem ainda 87.500 milhares de Euros em linhas de crédito contratadas e não utilizadas com vencimentos até um ano, sendo renováveis periodicamente de forma automática (caso não sejam denunciadas no período contratualmente estipulado para o efeito).

O saldo da rubrica juros pagos (antecipação) inclui o montante de 17.964 milhares de Euros (em 31 de dezembro de 2018 era de 21.617 milhares de Euros) relacionados com o refinanciamento de emissões obrigacionistas através de uma *Exchange Offer*, realizado durante o exercício de 2016.

Decorrente da cobertura de justo valor efetuada sobre a emissão de dívida de 400.000 milhares de Euros (Nota 12), foi reconhecida a alteração de justo valor dessas emissões relativa ao risco de taxa de juro diretamente em resultados, no montante de 10.745 milhares de Euros negativos (em 30 de setembro de 2018 era de 1.355 milhares de Euros positivos).

Os passivos financeiros do Grupo apresentam os seguintes *covenants* principais: *Cross default*, *Pari Passu*, *Negative Pledge*, rácios de *Leverage* e *Gearing* (rácio que relaciona o capital próprio total consolidado com o valor total dos ativos concessionados do Grupo). O rácio de *Gearing* do Grupo cumpre confortavelmente os limites definidos contratualmente estando 85% acima do valor mínimo.

Os financiamentos celebrados com o BEI incluem ainda *covenants* relacionados com notações de *rating* e outros rácios financeiros em que o Grupo pode ser chamado a prestar uma garantia aceitável para o BEI, no caso de verificação dos rácios ou notações de *rating* abaixo dos níveis estipulados.

O Grupo e as suas subsidiárias são parte em alguns contratos de financiamento e emissões de dívida, que incluem cláusulas de alteração de controlo típicas neste tipo de transações (abrangendo, ainda que de forma não expressa, alterações de controlo em resultado de ofertas públicas de aquisição) e essenciais para a concretização de tais transações no respetivo contexto de mercado. Em qualquer caso, a aplicação prática destas cláusulas é limitada considerando as restrições legais à titularidade de ações da REN.

Segundo normas legais relativas à concorrência, termos contratuais e práticas usuais de mercado nem a REN nem as suas contrapartes em contratos de financiamento estão autorizadas a divulgar outras informações relativamente às características das respetivas operações de financiamento.

Loações

Os pagamentos mínimos das locações e o valor atual do passivo das locações em 30 de setembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 são detalhados conforme se segue:

	Set 2019	Dez 2018
Loações - pagamentos mínimos da locação		
Até 1 ano	1.422	1.583
Entre 1 e 5 anos	2.307	2.813
	3.728	4.396
Custos financeiros futuros das locações	(49)	(63)
Valor atual do passivo das locações	3.679	4.333
	Set 2019	Dez 2018
Valor atual das Loações		
Até 1 ano	1.396	1.557
Entre 1 e 5 anos	2.283	2.776
	3.679	4.333

17 OBRIGAÇÕES DE BENEFÍCIOS DE REFORMA E OUTROS

A REN – Rede Eléctrica Nacional, S.A. concede complementos de pensões de reforma, pré-reforma e sobrevivência (daqui em diante referido como Plano de Pensões) e assegura aos seus reformados e pensionistas, em condições similares aos trabalhadores no ativo, um plano de cuidados médicos concedendo, ainda, outros benefícios como prémios de antiguidade, de reforma e subsídio de morte (descrito como “Outros benefícios”). O benefício do prémio de antiguidade é extensível às restantes empresas do Grupo.

Em 30 de setembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, o Grupo tinha registado os seguintes montantes relativos a responsabilidades com benefícios de reforma e outros benefícios:

	Set 2019	Dez 2018
Obrigações na demonstração da posição financeira		
Plano de pensões	51.316	56.904
Cuidados médicos e outros benefícios	41.569	41.384
	92.885	98.288

Durante os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2019 e 2018, foram reconhecidos os seguintes gastos operacionais, relativos a planos de benefícios com os empregados:

	Set 2019	Set 2018
Gastos na demonstração dos resultados (Nota 24)		
Plano de pensões	2.377	3.221
Cuidados médicos e outros benefícios	858	967
Total de Gastos na demonstração dos resultados	3.235	4.188

Os valores reportados em 30 de setembro de 2019 e 2018 resultam da projeção da avaliação atuarial efetuada a 31 de dezembro de 2018 e 2017, para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019 e 2018, considerando a estimativa de salários para o ano de 2019 e 2018, respetivamente.

Os pressupostos atuariais utilizados no cálculo dos benefícios pós-emprego são os considerados pelo Grupo REN e pela entidade especializada em estudos atuariais como aqueles que melhor satisfazem os compromissos estabelecidos no plano de pensões e as respetivas responsabilidades com benefícios de reforma, detalhados como se segue:

	Dez 2018	Dez 2017
Taxa anual de desconto	1,80%	1,80%
Percentagem expectável de ativos elegíveis para reforma antecipada (mais de 60 anos e 36 anos de serviço) - ao abrigo do ACT	20,00%	20,00%
Percentagem expectável de ativos elegíveis para reforma antecipada por actos de gestão	10,00%	20,00%
Taxa anual de crescimento dos salários	2,50%	2,50%
Taxa anual de crescimento das pensões	1,50%	1,50%
Taxa anual de crescimento das pensões da Segurança Social	1,30%	0,80%
Taxa de inflação	1,50%	1,50%
Taxa anual de crescimento de custos com saúde	1,50%	1,80%
Despesas de gestão (por funcionário/ano)	€290	€306
Taxa de crescimento das despesas de gestão	1,50%	1,50%
Idade de reforma (número de anos)	66	66
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90

18 PROVISÕES PARA OUTROS RISCOS E ENCARGOS

A evolução das provisões durante os períodos findos em 30 de setembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 é a seguinte:

	Set 2019	Dez 2018
Saldo inicial	8.852	9.035
Variações de perímetro	-	(20)
Aumentos	-	511
Reversão	-	(210)
Utilizações	(56)	(464)
Saldo final	8.796	8.852
Provisão não corrente	8.796	8.852
	8.796	8.852

Em 30 de setembro de 2019, a rubrica de provisões refere-se, essencialmente, à estimativa de pagamentos a serem efetuados pela REN decorrentes de processos judiciais em curso por danos causados a terceiros e uma provisão para reestruturação no montante de 486 milhares de Euros relativa ao processo de reestruturação do Grupo em curso.

19 FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR

A rubrica de "Fornecedores e outras contas a pagar" em 30 de setembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 apresenta o seguinte detalhe:

	Set 2019			Dez 2018		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Fornecedores						
Fornecedores conta corrente (Nota 9)	225.557	-	225.557	208.416	-	208.416
Outros credores						
Credores diversos (Nota 9)	86.365	59.688	146.053	54.935	49.474	104.409
Desvíos tarifários (Nota 9)	45.286	55.591	100.877	56.814	63.608	120.423
Fornecedores de investimento (Nota 9)	34.724	-	34.724	52.213	-	52.213
Estado e outros entes públicos (Nota 9) (i)	17.636	-	17.636	24.404	-	24.404
Proveitos diferidos						
Subsídios ao investimento	18.526	246.558	265.084	17.803	254.661	272.465
Acréscimos de custos						
Férias e subsídios e outros encargos férias (Nota 9)	6.873	-	6.873	5.331	-	5.331
Fornecedores e outras contas a pagar	434.967	361.837	796.804	419.917	367.743	787.661

(i) Os saldos de Estado e outros entes públicos referem-se a valores a liquidar de IVA, IRS e outros impostos.

Na composição dos saldos das contas a pagar a fornecedores, onde se incluem créditos diversos no âmbito da atividade do Grupo, destacam-se os seguintes: (i) o montante de 85.725 milhares de Euros, referentes à gestão dos CAE da Turbogás e Tejo Energia (54.796 milhares de Euros em 31 de dezembro de 2018); ii) o montante de 10.965 milhares de Euros de projetos de investimento ainda não faturados (14.603 milhares de Euros em 31 de dezembro de 2018); e (iii) o montante de 12.089 milhares de Euros (22.722 milhares de Euros em 31 de dezembro de 2018) da atividade do Gestor de Mercado (MIBEL – Mercado Ibérico de Eletricidade) e (iv) o montante de 48 milhares de Euros do "CMEC – Custo para a Manutenção do Equilíbrio Contratual" a faturar pela EDP – Gestão da Produção de Energia, S.A., (7.975 milhares de Euros em 31 de dezembro de 2018), também refletidos na rubrica de "Clientes e outras contas a receber" (Nota 11).

Esta transação configura uma transação de "Agente" na demonstração consolidada dos resultados da REN, facto pelo qual se encontra compensada nessa demonstração.

A rubrica de "Credores diversos" inclui: (i) 20.457 milhares de Euros (25.682 milhares de Euros em 31 de dezembro de 2018) relativo ao Plano de Promoção da Eficiência no Consumo de Energia Elétrica ("PPEC"), que visa apoiar financeiramente iniciativas que promovam a eficiência e redução do consumo de eletricidade, que deverá ser utilizado para financiar projetos de eficiência energética, de acordo com as métricas de avaliação definidas pela ERSE e (ii) a responsabilidade referente à contribuição extraordinária sobre o setor energético no montante de 24.390 milhares de Euros (Nota 27) (em 30 de setembro de 2018 era de 25.398 milhares de Euros).

20 VENDAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

O montante de vendas e prestações de serviços reconhecido na demonstração consolidada dos resultados, para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2019 e 2018, é detalhado como se segue:

	Set 2019	Set 2018
Vendas de Materiais		
Mercado interno	51	96
	51	96
Prestações de Serviços - Mercado Interno		
Transporte de eletricidade e gestão global do sistema	257.791	262.425
Transporte de gás natural	62.956	70.106
Distribuição de gás natural	44.283	46.134
Regaseificação	34.961	11.855
Armazenamento de gás natural	11.937	27.174
Rede de telecomunicações [□]	4.853	4.726
Margem do Agente Comercial - REN Trading	1.614	2.443
Outros	982	2.613
	419.378	427.477
Total das Vendas e Prestações de serviços	419.429	427.573

21 RENDIMENTOS E GASTOS DE CONSTRUÇÃO

No âmbito dos contratos de concessão enquadráveis na IFRIC 12, a atividade de construção é subcontratada externamente a entidades especializadas. Por conseguinte, o Grupo REN não tem qualquer margem na construção dos ativos afetos à concessão. O detalhe do réditio e dos encargos com a aquisição dos ativos concessionados, nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2019 e 2018, é como se segue:

	Set 2019	Set 2018
Rendimentos de construção - ativos de concessão		
Aquisições	96.362	52.896
Trabalhos para a própria empresa:		
Encargos financeiros (Nota 5)	1.805	1.404
Encargos de estrutura, gestão e outros (Nota 5)	12.103	12.179
	110.270	66.479
Gastos de construção - ativos de concessão		
Aquisições	96.362	52.896
	96.362	52.896

22 OUTROS RENDIMENTOS OPERACIONAIS

A rubrica de “Outros rendimentos operacionais”, para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2019 e 2018, é apresentada como se segue:

	Set 2019	Set 2018
Reconhecimento de subsídios ao investimento	13.348	13.478
Taxa de ocupação do subsolo	3.856	3.830
Proveitos suplementares	1.016	1.646
Alienação de materiais inutilizados	1.004	1.318
Outros	919	4.465
	20.143	24.737

A rubrica “Outros”, no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018, engloba a mais-valia da operação de alienação do negócio de GPL, a qual ascende a 3,8 milhões de Euros (valor líquido de custos de operação de venda). A operação foi realizada, no dia 2 de julho de 2018, através da REN Portgás Distribuição, que celebrou um contrato de compra e venda de ações, na qual alienou a totalidade das ações representativas do capital social da REN Portgás GPL, à ENERGYCO II, S.A., pelo montante de 4.030 milhares de Euros.

23 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de “Fornecimentos e serviços externos”, para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2019 e 2018, apresentava o seguinte detalhe:

	Set 2019	Set 2018
Custos de manutenção	8.375	6.533
Comissões a entidades externas i)	7.611	11.619
Custos com energia elétrica	6.247	5.221
Custos de interligação - <i>cross border</i> ii)	3.633	2.393
Subcontratos de transporte de gás	2.817	2.561
Custos com seguros	1.984	2.057
Vigilância e segurança	1.538	1.306
Deslocações e estadas	1.060	927
Custos com publicidade e comunicação	566	645
Outros	2.574	2.510
Fornecimentos e serviços externos	36.406	35.770

i) As comissões pagas a entidades externas referem-se a trabalhos especializados e honorários pagos pela REN por prestação de serviços contratualizados e estudos especializados.

ii) Os custos de interligação – *cross border* - representam o custo das trocas comerciais transfronteiriças.

24 GASTOS COM PESSOAL

A rubrica de "Gastos com o pessoal", para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2019 e 2018, decompõe-se da seguinte forma:

	Set 2019	Set 2018
Remunerações:		
Órgãos sociais	2.177	2.128
Pessoal	28.193	26.978
	30.369	29.106
Encargos sociais e outros gastos:		
Encargos sobre remunerações	6.086	5.879
Custos com benefícios de reforma e outros (Nota 17)	3.235	4.188
Custos de ação social	1.392	1.424
Outros	330	133
	11.042	11.625
Total de Gastos com o pessoal	41.412	40.731

As remunerações dos órgãos sociais incluem as remunerações do Conselho de Administração da REN SGPS e outras empresas do grupo, bem como as remunerações auferidas pela Mesa da Assembleia Geral.

25 OUTROS GASTOS OPERACIONAIS

O detalhe da rubrica de "Outros gastos operacionais", para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2019 e 2018, é como se segue:

	Set 2019	Set 2018
Custos de funcionamento da ERSE i)	8.291	7.661
Taxa de ocupação do subsolo	3.856	3.784
Donativos e quotizações	1.096	1.190
Impostos	912	891
Outros	360	425
	14.514	13.951

i) A rubrica de Custos de funcionamento da ERSE refere-se a débitos efetuados pela ERSE a recuperar através das tarifas de eletricidade e do gás.

26 GASTOS DE FINANCIAMENTO E RENDIMENTOS FINANCEIROS

O detalhe dos gastos incorridos com financiamentos e rendimentos financeiros obtidos, para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2019 e 2018, é como se segue:

	Set 2019	Set 2018
Gastos de financiamento		
Empréstimos obrigacionistas	35.489	39.088
Outros empréstimos	10.010	9.366
Papel comercial	1.795	2.782
Instrumentos financeiros derivados	2.369	1.245
Outros gastos financeiros	836	751
	50.499	53.232
Rendimentos financeiros		
Instrumentos financeiros derivados	2.665	1.944
Outros investimentos financeiros	3.140	2.515
Juros obtidos	-	1
	5.805	4.460

27 CONTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA SOBRE O SETOR ENERGÉTICO

A Lei nº 83-C/2013, de 31 de dezembro, veio introduzir uma contribuição específica sobre as entidades que operam no ramo da energia, denominada Contribuição Extraordinária sobre o Sector Energético (CESE), tendo sido prorrogada pela Lei nº 82-B/2014, de 31 de dezembro, pela Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, pela Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro e pela Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro.

O regime criado visa financiar mecanismos que promovam a sustentabilidade sistémica do setor, através da constituição de um fundo com o principal objetivo de redução do défice tarifário. Encontram-se sujeitas a este regime, entre outras, as entidades que sejam concessionárias das atividades de transporte ou de distribuição de eletricidade e gás natural.

O cálculo da CESE incide sobre o valor dos elementos do ativo com referência ao primeiro dia do exercício económico de 2019 (1 de janeiro de 2019) que respeitem, cumulativamente, a Ativos fixos tangíveis, Ativos intangíveis, com exceção dos elementos da propriedade industrial, e Ativos financeiros afetos a concessões ou a atividades Licenciadas. No caso das atividades reguladas, a CESE incide sobre o valor dos ativos regulados, (isto é, o valor reconhecido pela ERSE para efeitos de apuramento dos proveitos permitidos, com referência a 1 de janeiro de 2019) caso este seja superior ao valor dos ativos referidos, sobre os quais é aplicada a taxa de 0,85%.

Na medida em que se trata de uma obrigação presente cujos factos originários já ocorreram, tendo tempestividade e quantia certas ou determinável, a REN reconheceu um passivo no montante de 24.390 milhares de Euros (Nota 19) (no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018 foi de 25.398 milhares de Euros), por contrapartida de um gasto na demonstração consolidada dos resultados.

28 RESULTADO POR AÇÃO

Os resultados por ação atribuíveis aos detentores do capital do Grupo foram calculados como se segue:

		Set 2019	Set 2018
Resultado líquido consolidado considerado no cálculo do resultado por ação	(1)	86.324	90.868
Nº de ações ordinárias em circulação no período (Nota 14)	(2)	667.191.262	667.191.262
Efeito das ações próprias (Nota 14)		3.881.374	3.881.374
Nº de ações no período	(3)	663.309.888	663.309.888
Resultado básico por ação (euro por ação)	(1)/(3)	0,13	0,14

Pelo facto de não existirem situações que originem diluição, o resultado líquido por ação diluído é igual ao resultado por ação básico.

29 DIVIDENDOS POR AÇÃO

No dia 3 de maio de 2019, foi aprovada em Assembleia Geral a distribuição de dividendos aos acionistas, em função do resultado de exercício de 2018, no montante de 114.090 milhares de Euros (0,171 Euros por ação), incluindo o dividendo atribuível às ações próprias no montante de 664 milhares de Euros, tendo sido pago aos acionistas o montante de 113.426 milhares de Euros.

No dia 3 de maio de 2018, foi aprovada em Assembleia Geral a distribuição de dividendos aos acionistas, em função do resultado de exercício de 2017, no montante de 114.090 milhares de Euros (0,171 Euros por ação), incluindo o dividendo atribuível às ações próprias no montante de 664 milhares de Euros, tendo sido pago aos acionistas o montante de 113.426 milhares de Euros.

30 ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

30.1 Passivos Contingentes

A Tejo Energia – Produção e Distribuição de Energia Eléctrica, S.A. (“Tejo Energia”) manifestou junto da REN – Rede Eléctrica Nacional, S.A. (“REN Eléctrica”) e da REN Trading S.A. (“REN Trading”) a sua intenção de renegociar o Contrato de Aquisição de Energia (CAE), de forma a refletir nos montantes a pagar a este produtor os custos, que no seu entendimento lhe seriam devidos, incorridos com (i) o financiamento da tarifa social e (ii) com o imposto sobre produtos petrolíferos e energéticos e com a taxa de carbono. A Turbogás – Produtora Energética S.A. (“Turbogás”) manifestou também a sua intenção de renegociar o CAE, de forma a refletir nos montantes a pagar os custos incorridos com o financiamento da tarifa social.

De acordo com os CAE, a Tejo Energia e a Turbogás atuam na qualidade de produtores e vendedores e a REN Trading na qualidade de comprador da energia produzida nas centrais elétricas. A REN Eléctrica é solidariamente responsável com a REN Trading, no que respeita à execução do CAE perante a Tejo Energia e a Turbogás. De acordo com as informações recebidas, os custos totais em causa suportados por estas empresas até 30 de setembro de 2019 podem ascender a cerca de 62 milhões de Euros.

Por parte da REN, foi transmitida a interpretação de que a modificação dos contratos, como pretendido, deve ser precedida de opinião prévia e favorável por parte da Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEG) e da Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE), atenta a natureza eminentemente regulada dos contratos em causa.

Embora a Tejo Energia não se tenha conformado com as decisões tomadas, os painéis financeiros constituídos ao abrigo do CAE decidiram já no sentido de indeferir as respetivas pretensões no que respeita aos encargos com a tarifa social da eletricidade bem como com o adicional de ISP e taxa de carbono. No caso da Turbogás, por sua vez, a decisão ainda se aguarda, sendo expectativa da REN que o painel financeiro possa acompanhar o entendimento das decisões anteriores.

30.2 Garantias prestadas

Em 30 de setembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, o Grupo tem garantias prestadas às seguintes entidades:

Beneficiário	Objecto	Set 2019	Dez 2018
BEI	Para garantir empréstimos	222.094	238.143
Direção Geral de Geologia e Energia	Cumprimento das obrigações de Contratos de Concessão	30.054	23.032
Tribunal da Comarca de Lisboa	Garantir a suspensão do prosseguimento do processo de execução pendente	10.707	10.707
Juiz de Direito do Tribunal de Comarca	Caucionar a expropriação de terrenos	5.549	5.549
Autoridade Tributária e Aduaneira	Garantir a suspensão de processo de execução fiscal	8.416	5.229
Câmara Municipal do Seixal	Garantia de processos em curso	3.133	2.777
Estado Português	Cumprimento das obrigações de Contratos de Concessão	2.185	2.185
Câmara Municipal da Maia	Garantia de processos em curso	1.564	1.564
Câmara Municipal de Odivelas	Garantia de processos em curso	1.119	1.119
Câmara Municipal de Matosinhos	Garantir a liquidação de dívida exequenda e de processos em curso	-	817
Câmara Municipal do Porto	Garantia de processos em curso	368	368
Câmara Municipal de Silves	Garantia de processos em curso	352	352
NORSCUT - Concessionária de Auto-estradas	Assegurar o cumprimento das obrigações assumidas, decorrentes de obras	200	200
EP - Estradas de Portugal	Garantia de processos em curso	172	95
Outros (inferiores a 100 milhares de euros)	Garantia de processos em curso	146	220
		286.061	292.359

31 PARTES RELACIONADAS

Principais acionistas e ações detidas pelos membros dos órgãos sociais

Com referência a 30 de setembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, a estrutura acionista do Grupo REN é a seguinte:

	Set 2019		Dez 2018	
	Número de ações	%	Número de ações	%
State Grid Europe Limited (Grupo State Grid)	166.797.815	25,0%	166.797.815	25,0%
Mazoon B.V. (Grupo Oman Oil Company S.A.O.C.)	80.100.000	12,0%	80.100.000	12,0%
Lazard Asset Management LLC	46.611.245	7,0%	46.611.245	7,0%
Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.	35.496.424	5,3%	35.496.424	5,3%
Red Eléctrica Internacional, S.A.U.	33.359.563	5,0%	33.359.563	5,0%
The Capital Group Companies, Inc.	24.355.192	3,7%	25.365.000	3,8%
Great-West Lifeco, Inc.	18.700.365	2,8%	17.794.967	2,7%
Ações próprias	3.881.374	0,6%	3.881.374	0,6%
Outros	257.889.284	38,7%	257.784.874	38,6%
	667.191.262	100%	667.191.262	100%

Remunerações do Conselho de Administração

O Conselho de Administração da REN, SGPS foi considerado, de acordo com a IAS 24, como sendo os únicos elementos “chave” da gestão do grupo.

Durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019, as remunerações auferidas pelo Conselho de Administração da REN, SGPS ascenderam a 1.803 milhares de Euros (1.758 milhares de Euros em 30 de setembro de 2018), conforme quadro seguinte:

	Set 2019	Set 2018
Remuneração e outros benefícios de curto prazo	1.161	1.116
Prémio de gestão (estimativa)	642	642
	1.803	1.758

Transações de ações por membros do Conselho de Administração

Durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019, não ocorreram situações de transações efetuadas por membros dos órgãos sociais.

Transações com sociedades em relação de domínio ou de grupo

No exercício da sua atividade, a REN realiza transações com entidades do Grupo ou com entidades em relação de domínio. Os termos e condições praticadas entre a REN e as suas partes relacionadas são substancialmente idênticos aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis.

No processo de consolidação, os montantes relativos às transações realizadas e os saldos por liquidar são eliminados (Nota 3.2) nas demonstrações financeiras consolidadas.

As principais transações realizadas entre empresas do Grupo REN foram: (i) financiamentos e suprimentos concedidos pela Empresa-mãe, no âmbito da gestão corrente dos mesmos; e (ii) serviços partilhados pelo Grupo, nomeadamente, serviços jurídicos, administrativos e de informática.

Saldos e transações com acionistas, empresas associadas e outras partes relacionadas

Durante os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2019 e 2018, o Grupo REN efetuou as seguintes transações com acionistas de referência, detentores de participações qualificadas e entidades associadas:

Rendimentos

	Set 2019	Set 2018
Vendas e prestações de serviços		
Faturação emitida - OMIP	43	29
Faturação emitida - REE	2.146	1.058
Faturação emitida - Centro de Investigação em Energia REN - State Grid	110	89
Dividendos:		
REE (Nota 10)	3.847	3.595
	6.146	4.771

Gastos

	Set 2019	Set 2018
Fornecimentos e serviços externos		
Faturação recebida - REE	3.352	4.341
Faturação recebida - Centro de Investigação em Energia REN - State Grid	-	1
Faturação recebida - CMS Rui Pena & Arnaut ¹	86	125
	3.438	4.467

¹ Entidade relacionada com o Administrador José Luís Arnaut

Saldos

Nos períodos findos em 30 de setembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, os saldos resultantes de transações efetuadas com partes relacionadas são como se segue:

	Set 2019	Dez 2018
Cientes e outras contas a receber		
Centro de Investigação em Energia REN - State Grid - Outros devedores	3	25
REE - Clientes	339	193
	342	218
Fornecedores e outras contas a pagar		
Centro de Investigação em Energia REN - State Grid - Outros credores	-	165
REE - Fornecedores	26	1.051
CMS - Rui Pena & Arnaut - saldo em fornecedores ¹	4	16
	30	1.232

¹ Entidade relacionada com o Administrador José Luís Arnaut

32 EVENTOS SUBSEQUENTES

No dia 1 de outubro, a REN concretizou a aquisição da Transemel pelo preço de 168,6 milhões de dólares americanos, na sequência do comunicado ao mercado e ao público em geral, de dia 23 de julho de 2019, relativamente à celebração de um contrato para a aquisição de 100% do capital social da Empresa de Transmisión Eléctrica Transemel S.A. ("Transemel") às empresas Compañía General de Electricidad S.A. e Naturgy Inversiones Internacionales, S.A..

A Transemel, cuja receita é aproximadamente 93% regulada, possui e opera 92 Kms de linhas de transmissão elétrica e 5 subestações, localizadas maioritariamente no norte do Chile.

Esta aquisição foi financiada com recurso unicamente a dívida externa.

Esta operação é o segundo investimento que o grupo REN leva a cabo no Chile, depois da aquisição de 42,5% da Electrogas, e enquadra-se no plano de negócios da REN, que assenta numa estratégia de crescimento conservadora e que privilegia projetos nos setores em que o Grupo REN é especialista, e em mercados com estabilidade económica e quadros regulatórios previsíveis.

Apesar de continuar atenta a oportunidades de investimento no estrangeiro, Portugal é o foco e o mercado principal da REN, onde continuará a investir de forma a garantir a satisfação das necessidades de infraestruturas de eletricidade e gás natural a longo prazo, com uma orientação permanente para a melhoria do desempenho e qualidade de serviço, a fim de fornecer um serviço fiável, seguro e eficiente ao menor custo possível para o país e para os consumidores.

O Contabilista Certificado

Pedro Mateus

O Conselho de Administração

Rodrigo Costa

(Presidente do Conselho de Administração e da Comissão Executiva)

João Faria Conceição

(Vogal do Conselho de Administração e Membro da Comissão Executiva)

Gonçalo Morais Soares

(Vogal do Conselho de Administração e Membro da Comissão Executiva)

Guangchao Zhu

(Vice-Presidente do Conselho de Administração designado pela State Grid International Development Limited)

Mengrong Cheng

(Vogal do Conselho de Administração)

Li Lequan

(Vogal do Conselho de Administração)

Ana Pinho

(Vogal do Conselho de Administração)

Omar Al Wahaibi

(Vogal do Conselho de Administração)

Jorge Magalhães Correia

(Vogal do Conselho de Administração)

Manuel Sebastião

(Vogal do Conselho de Administração e Presidente da Comissão de Auditoria)

Gonçalo Gil Mata

(Vogal do Conselho de Administração e Membro da Comissão de Auditoria)

Maria Estela Barbot

(Vogal do Conselho de Administração e Membro da Comissão de Auditoria)

José Luis Arnaut

(Vogal do Conselho de Administração)

Nota: As restantes folhas do presente Relatório e Contas foram rubricadas pelos membros da Comissão Executiva e pelo Contabilista Certificado, Pedro Mateus.